

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU - PA



FOTOS MARLINDA PATRÍCIO

Marlinda Melo Patrício
Antropóloga

Portaria n° 828/04 de 30/06/04
Portaria n°1361/04 de 29/10/04

Santa Maria-RS, abril de 2005

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TI ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU¹

INTRODUÇÃO

Os Arara vivem na Volta Grande do rio Xingu entre os rios Bacajá e Bacajaí, no município de Senador José Porfírio no estado do Pará². Estão nessa localidade desde o final do século XIX e início do XX, quando se deslocaram do médio Bacajá para a região do baixo Xingu, onde estão até hoje. Viveram nas ilhas e em terra firme, procurando evitar encontros com os Kayapó e Asurini, que andavam pela região. Com o final das incursões hostis puderam fixar moradas em terra firmes, vivenciando os diferentes momentos da economia e política local. Na primeira metade do século XX, serviram a empresa seringalista da região e, na década de 1960, acompanharam as ocupações não-indígenas feitas na área. No princípio, eram pequenas levas, que chegavam impulsionadas pela possibilidade de melhoria de vida com a abertura da Transamazônica ou com o garimpo. Nos anos seguintes, viram um outro tipo de negócio se firmar na região: a aquisição de terra para especulação. O estado brasileiro procurou ordenar as ocupações na região e, em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária fez o levantamento para o complexo de colonização, porém a área não foi discriminada para receber documentação.

Nesse período, os Arara tentaram legalizar a situação fundiária, porém conseguiram apenas uma Carta de Anuência, emitida pelo INCRA ao Banco do Brasil, cuja carta guardam como registro de que legalizaram 100hectares. A tentativa mais recente é a que ora trabalhamos, e foi motivada pelo avanço das invasões sobre suas terras lideradas pela “empresa dos loteamentos”, que consiste na escolha de uma área, segundo os ideais do presidente, que é “eleito” para gerenciar o empreendimento. O loteamento “Napoleão

¹ Os Arara são conhecidos com o nome de “Maias” pelos seus vizinhos, eles mesmos não se denominam assim, se reconhecem como descendente dos Arara do Bacajá. O nome Maia pertenceu, segundo eles, a um branco que viveu naquela região e que, ao morrer, seu nome ficou para a cachoeira, como eles são os únicos a morarem perto dessa, ficaram assim conhecidos. No Relatório Preliminar (1ª. Fase) e Relatório Antropológico de Identificação (2ª. fase) conservamos o nome Maia e procuramos ir informando a denominação que os Arara queriam, isso porque, o Plano Operacional e o Termo de Referência foram aprovados pelo PPTAL como Terra Indígena Maia. Neste Relatório Final utilizaremos a denominação que os interessados desejam, qual seja, Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu.

² Anexo I, Mapa 1- Área de Estudo.

Santos” é uma dessas empresas. Gerenciada pela Associação dos Produtores Rurais das Glebas Ituna Bacajá e Bacajaí-APRIBAI, loteou parte da área de uso dos Arara desde 2003, quando foi fundada. Seus sócios, segundo seu presidente, vieram do Maranhão para ocupar os 136 lotes, os outros 164 sócios são de ocupações fora do loteamento, que avançaram sobre o restante da área.

Além da ação da APRIBAI, existe uma família indígena liderada por Manoel Antonio Kayapó, conhecido como Tucum, que está morando na área há 13 anos. Tucum diz ter comprado 500 hectares de terra de um não-indígena, que trazia na década de 1970 gente para ocupar o que deveria ser o assentamento do INCRA na região da Volta Grande do Xingu. Essas famílias são oriundas da T.I Trincheira Bacajá, de onde foram expulsas, essa situação levou-os a freqüentes mudanças. Tornaram-se sócios da APRIBAI e têm expandido suas terras sobre as roças dos Arara.

A área em questão é denominada de gleba Bacajaí. Está sob a jurisdição do Instituto de Terras do Pará-ITERPA desde o final da década de 1980, quando foi devolvida pelo INCRA ao estado do Pará. O conflito gerado com a sobreposição de interesses e a pressão fundiária, levou os Arara a escreverem, no ano de 2003, para a Procuradoria da República do estado do Pará, expondo a situação e solicitando estudos para identificação dessa área.

Os Arara já haviam reivindicado a regularização fundiária em 2001, os documentos abaixo mostram as comunicações efetuadas entre eles e os órgãos responsáveis, bem como as providencias tomadas pela FUNAI/BSB:

- 1) Carta s/n de 26/11/2001, da antropóloga Maria Elisa G. Vieira, que fez um levantamento preliminar da situação na região e registrou a solicitação dos Arara;
- 2) Relatório de Impacto Ambiental, UFPA/2001, encomendado pela Eletronorte para construção da Hidrelétrica Belo Monte, registrou 15 famílias Arara;
- 3) Relatório/2002 Processo n.1384/02 fls.039 da antropóloga Maria Elisa G.Vieira /CGID- fez uma breve descrição da “comunidade Arara” e do lugar onde moram;
- 4) Relatório do Conselho Indigenista Missionário – CIMI/Altamira, 03/2002, fez um levantamento sobre a situação dos “indígenas ribeirinhos”;
- 5) Carta s/n de 12/05/2003 das lideranças Leôncio Ferreira Arara e José Carlos Ferreira Arara, para o Procurador da República do Estado do Pará, solicitou que fosse “instaurado procedimento administrativo objetivando a identificação e delimitação da área” por eles ocupada;

- 6) Ofício PR/PA/GAB/nº105/2003/15/05, solicita a FUNAI que providencie a criação de um Grupo de Trabalho para proceder os estudos necessários à demarcação da T.I. Arara;
- 7) Despacho da Presidência da FUNAI de nº42.707 de 22/05/2003, encaminhou o Ofício à Diretoria de Assuntos Fundiários para as providencias cabíveis;
- 8) Ofício PR/PA/GAB3/Nº0136-10/06/2003, informou que tendo em consideração o Procedimento Administrativo PRDC nº 016/2003, em curso na Procuradoria da República, instaurado a partir de representação formulada pelo “Povo Arara da Comunidade Indígena do Maia”, solicitou a demarcação imediata da área;
- 9) Ofício PR/PA/GAB3/Nº02-12/2003 14/08/2003 repete o conteúdo do Ofício anterior;
- 10) Carta s/n 13 /07/ 2003 da “Comunidade Arara Maia” dirigida ao Procurador da República, fez denúncias sobre a invasão de suas terras;
- 11) Despacho da Presidência da FUNAI de nº43.118 de 18/06/2003 encaminhou Ofício à Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF e solicitou conhecimento e medidas pertinentes;
- 12) Despacho DAF nº1849 10/06/2003 encaminhou à Coordenação Geral de Identificação para providências cabíveis e resposta ao Procurador solicitante;
- 13) Ofício nº491/DAF/FUNAI de 27/06/2003 informou que a mencionada terra indígena já foi incluída na lista de prioridades de terras a serem identificadas para o ano de 2004 pelo Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL;
- 14) Ofício PR/PA/GAB4/nº377/2003 de 17/12/2003, reiterou o pedido de celeridade no processo de Identificação e Demarcação da Terra Indígena, para evitar confrontos e possível necessidade de indenização de benfeitorias por parte da FUNAI;
- 15) Carta s/n de 09/12/2003 da “Comunidade Arara Maia” assinada pelos membros da Associação de Resistência Indígena Arara do Maia – ARIAM, fez denúncias, confirmou a passagem do Procurador Dr. Felício Pontes, em 03/05/2003 na terra indígena e reforçou “*a terra está sendo invadida pelo Silva Campos (presidente da Associação dos Produtores Rurais Ituna, Bacajá, Bacajá - APRIBAI) e pelo senhor conhecido como Machado*”; informaram, também, que “*o objetivo da Associação é lotear as terras que ocupamos e vender para produtores rurais da região*”.

Durante esses anos os documentos percorreram os caminhos administrativos necessários, enquanto eram tomadas as providencias para a contratação de antropólogo e a

formação do grupo de trabalho para realizar os estudos de Identificação. Em 30/06/04, o Presidente da FUNAI, Mércio Pereira Gomes determinou o deslocamento da antropóloga Marlinda Melo Patrício, consultora PNUD, Portaria nº828/PRES/30/06/04 para a cidade de Altamira no Pará, a fim de realizar estudos e levantamento de campo necessários.

Para cumprir a determinação, o trabalho foi dividido em quatro fases distribuídas ao longo do segundo semestre de 2004, e resultou em três Relatórios.

A primeira fase iniciou em junho, quando junto a FUNAI/CGID, foi providenciada a leitura dos relatórios, cartas, ofícios e memorandos existentes na FUNAI/BSB, e também a preparação do roteiro de viagem, a organização de metodologias e o contato com a regional da FUNAI em Altamira. Tudo isso, para atender o que foi solicitado nos capítulos da Portaria nº14/96.

A segunda fase ocorreu em julho/agosto. Nesse momento somente a antropóloga Marlinda Melo Patrício foi para campo realizar Estudos e Levantamentos Sócio-histórico e Antropológico junto aos Arara. Logo a seguir, o Engenheiro Cartógrafo CGD/FUNAI, Marcelo Almeida segue para realizar Estudos Cartográficos. A partir daí, ambos foram acompanhados pela servidora da Regional Altamira, Geny Borgéa Umbuzeiro cujo trabalho foi autorizado pela Portaria nº828/04. O deslocamento dessa antropóloga ocorreu primeiro para Belém onde visitou o Museu Emilio Goeldi e, depois, para Altamira, permitindo-lhe que consultasse órgãos federais, como INCRA, bem como saber sobre a Gleba Bacajaí, quando esta encontrava-se sob a jurisdição da União e, o IBAMA, para conhecer a proposta de RESEX, mencionada no Relatório da antropóloga Maria Elisa Vieira, e ainda a possibilidade de haver algum projeto para aquela área. Foi visitada, também, duas associações de produtores rurais: a Associação dos Produtores das Glebas Ituna Bacajá e Bacajaí- APRIBAI. Isso tudo, para que se soubesse sobre o projeto de assentamento que possuem na área, e a Associação dos Agricultores da Ilha da Fazenda e Ressaca – AGRIFAR. Com a APRIBAI contactou-se por quatro vezes, duas reuniões na ADR/FUNAI Altamira e as duas outras, em sua sede. Foi consultado o processo que trata do assassinato de Francisco Lopreu, tio de Leôncio Arara, o referido processo está na Delegacia de Polícia de Altamira. Munidos das informações básicas, foi feito o deslocamento para a aldeia. A

partir daí, foi dado o início à pesquisa de campo antropológica³. Na aldeia dos Arara, fez-se uma reunião para explicar a função de cada membro do grupo de trabalho (criado pela portaria nº828/04), orientando-os no sentido da importância da participação deles junto aos técnicos. A definição dos limites da terra ocupada foi dada por eles, que se organizaram em equipes de trabalho para percorrer os rios, fazer incursões no interior da mata. Foi realizada uma série de entrevistas formais e informais, com os velhos e demais membros do grupo para a construção da história de ocupação. A etno-história desses Arara foi sendo construída a partir das comparações feitas dos relatos contemporâneos indígenas com os depoimentos de pesquisadores-viajantes, buscando, na perspectiva antropológica, reconstruir o mundo indígena em sua diversidade, lançando mão da observação etnográfica, da genealogia, da história documental e da história oral. Um sobrevôo foi realizado com o propósito de ver o grau de alteração na área em estudo, bem como indícios de ocupação e o revestimento florístico.

A terceira fase do trabalho ocorreu em novembro/dezembro, quando retornamos com uma equipe interdisciplinar formada por seis técnicos: Engenheiro Agrônomo da FUNAI-DAF/BSB Júlio César Pereira da Silva; Engenheiro Florestal do Instituto de Terras do Pará-ITERPA/Belém, Samuel Silva Almeida, Engenheiro Cartógrafo da FUNAI/CGD José Antônio de Sá, Ambientalista/Consultora PNUD Marluce Reis Souza Santa Brígida, um técnico da FUNAI regional Altamira Geny Bogéa Umbuzeiro e essa Antropóloga/Coordenadora GT-Consultora PNUD (Portaria nº1361/PRES/04). O resultado dessa fase foi o Relatório Antropológico de Identificação da Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu (Maia) (duas versões impressas e CDROM), acompanhado do Relatório Fundiário Cadastral Parcial da Terra Indígena Arara da VGX e Relatório de Estudos e Levantamento Cartográfico de Identificação da TI Arara VGX.

A quarta e última fase constituiu-se numa reunião do grupo de trabalho interdisciplinar, autorizado pela Portaria nº060/PRES/05 de 04 de fevereiro, com a finalidade de reunir-se com a Coordenação de Assuntos Fundiários, tirar dúvidas quanto à

³ O deslocamento do antropólogo nesta fase, sem os demais profissionais que compõem o grupo de trabalho, instituído pela Portaria da Presidência da FUNAI é uma proposta da Coordenação Geral de Identificação. Com isso, esta Coordenação quer dar condições aos antropólogos de fazerem o levantamento da cultura do grupo sem ter que, ao mesmo tempo, coordenar diferentes profissionais, o que só deverá acontecer na próxima fase de campo, quando aqueles já estarão munidos com o conhecimento básico do grupo e o levantamento preliminar feito. Assim, se acredita que haverá melhores condições de coordenar um grupo de trabalho interdisciplinar.

situação jurídica de outro grupo indígena encontrado na área em estudo, cruzar informações obtidas em campo e concluir os trabalhos de Identificação e Delimitação do grupo indígena Arara, para a entrega do Relatório Final Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Arara.

O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Arara da Volta Grande do Xingu é o produto final da terceira fase de trabalho, estabelecida no Plano Operacional GT Maia – Etapa de Identificação e Delimitação da terra para os Arara, conforme Decreto 1.775/96, Portaria 14/96, Termo de Referência nº110571 e Portarias nº828/PRES/04, nº1361/PRES/04 e nº060PRES/05 que autorizaram a formação de GT coordenado pela antropóloga-consultora Marlinda Melo Patrício, PNUD, Projeto/BRA/96/018.

O Relatório Circunstanciado está sendo apresentado à Coordenação Geral de Identificação, conforme acertado no Termo de Referência nº110571, dentro do prazo estabelecido para a sua produção. O referido documento está organizado segundo o que prevê a Portaria 14/96: Capítulo I – Dados Gerais, Capítulo II – Habitação Permanente, Capítulo III - Atividades Produtivas, Capítulo IV – Meio Ambiente, Capítulo V – Reprodução Física e Cultural, Capítulo VI – Levantamento Fundiário, Capítulo VII – Conclusão e Delimitação e Versão Preliminar do Resumo do Relatório Circunstanciado. Em anexo constam portarias, memorandos, ofícios, croquis, mapas da proposta de terra indígena, fotografias e Pareceres.

CAPÍTULO PRIMEIRO

1-DADOS GERAIS

1.1- Filiação Cultural, Lingüística e Migrações

A T.I. Arara da Volta Grande do Xingu fica no município de Senador José Porfírio, antigo Souzel, entre os rios Bacajá e Bacajaí, mais precisamente nas proximidades do rio Bacajá, nas coordenadas Latitude 03°30'12''S e 3°41'30''S e Longitude 51°34'18''WGr. E 51°45'18''WGr., ver Mapa 1 – Área de Estudo. De Altamira até a terra dos Arara levam 3 horas de voadeira motor 40HP, esse é o único acesso à área. Os Arara da VGX são o resultado do contato com o colonizador do século XVIII, até meados do século XX, do avanço da empresa extrativista na região, dos constantes conflitos com outros grupos indígenas e da abertura da Transamazônica, que promoveu levas de migrações e a busca de novos espaços para serem ocupados. São liderados por Leôncio Ferreira do Nascimento (65), elos entre a história passada e a história recente. Segundo os relatos dos velhos, são descendentes dos Arara do rio Bacajá.

Os Arara do baixo e médio Xingu eram, segundo Nimuendajú (1948) e H. Coudreau (1977), de língua Caribe. O subgrupo em estudo fala o português, a língua materna ficou no passado, como diz Leôncio “(...) *por descuido não aprendi a língua (...)*”. As poucas palavras conhecidas são o resultado do trabalho de lingüistas, que prestaram serviços ao CIMI Altamira, em 2001.

Consulta aos viajantes e testemunhos da História

Coudreau (1977), em sua viagem pelo Xingu observou os Arara e não só percebeu suas “*peregrinações*” como considerou que:

“(...) de muito bom grado miscigenaram-se com outras tribos (...) como se tivessem a intenção já formada de desaparecer como tribo (...) dizem existir também arara bravos que vivem nas cachoeiras do Curuá do Ituqui, quase completamente isolados dos outros araras. Lá estariam provavelmente misturados com negros dos mocambos(...)”

A reflexão de Coudreau, embora tenha constatado a realidade, desconsiderou as forças do sistema capitalista que se instalava e que conduziu os povos nativos a “aceitarem” as novas regras.

Ehrenreich (1891) mencionou que os neobrasileiros chamavam esses pequenos grupos, em suas aparições, de Arara e, sem prova disso, foram considerados idênticos a seus homônimos na região do rio Madeira e igual aos Yuma que viviam no tributário da margem direita do rio Purus. O mesmo autor, ainda acrescenta, que os Juruna diziam que

eles viviam nos tributários da margem direita do rio Xingu, e seus deslocamentos eram motivados pelo avanço dos Kayapó. Os anos seguintes, foram anos de encontro com os soldados da borracha, época que estavam em número de 343, segundo dados do pesquisador, sem contar com as crianças. É possível que essas perseguições tenham os empurrado para o centro da floresta, e em número cada vez menor. Não encontramos outros números populacionais, contudo, Leôncio (65) e Ananum (73), dizem que os grupos eram pequenos e que nunca foram em grande número.

Nimuendaju (1948) relata que os Arara foram vistos pela primeira vez no “(...) *baixo Xingu no ano de 1853 e em seguida sumiram na mata (...) eram populações de dentro e não da beira dos rios(...)*”. De acordo com suas pesquisas, eles apareceram em onze lugares diferentes, em épocas diferentes e com denominações diversas, como Arara, Pariri, Timiren e Yaruma, o que pode indicar serem grupos distintos que formavam subgrupos, é possível que isolados uns dos outros e independentes. Nos relatos de Leôncio e Ananum fala de seu grupo ser constituído de pequenas famílias. No Croqui 1 - Genealogia dos Arara o grupo que fez o deslocamento do igarapé Sucuriju para o rio Xingu, é pequeno e constituído de avós, pais, filhos, tios e tias, todos descendentes de duas irmãs Tjelij⁴ e Tintim Arara.

Dos onze grupos vistos e relacionados na pesquisa de Nimuendajú, ressaltamos quatro que podem ser os que Leôncio se refere como seus parentes, porque estão na localidade indicada em seus relatos, com datas possíveis e próximas dos Juruna. Seleccionamos aqui algumas possibilidades apresentadas por Nimuendaju: a) um grupo foi visto se deslocando no rio Xingu acima, partindo de um ponto abaixo da Volta Grande. É possível que tenham mantido contato com os Juruna. Nos anos de 1896 e 1917 estavam dispersos no local mencionado; b) um grupo mencionado como Arara Pariri em 1910 e 1932, localizava-se em terra firme, ao longo da margem esquerda do rio Pacajá; c) Arara Timiren 191? (1913?) estavam em terra firme, entre as cachoeiras dos rios Anapu e Pacajá; d) Arara em 1930 se localizava entre o baixo e médio Pacajá, afluente do rio Xingu; nas cercanias, sem data, estavam os Asurini, em terra firme ao longo do interflúvio Xingu-

⁴ Consulta feita ao lingüista Isaac de Souza que vem estudando a língua dos Arara do Laranjal e Cachoeira Seca, esse nome pode não significar o de pessoa, Tjely significa irmã, mana, mas também, pode ser coincidência. Ananum fala com lembranças muito vagas como sendo o nome de sua avó “(...) *Tjely também chamavam de Yarunu(...)*” pode ser Yaruma uma das designações dos Arara? Ele não lembra.

Pacajá, mas é possível que tenham sido os Araweté. Todas essas datas apresentadas na pesquisa de Nimuendaju e localizações, conferem com os relatos de Leôncio quanto à presença de seus parentes nessa parte do Xingu e Bacajá ou Pacajá. O deslocamento das famílias se deu no final do século XIX e início do XX, as três primeiras décadas desse último século marcaram o estabelecimento do grupo no baixo Xingu em sua Volta Grande e Bacajá.

Diante das possibilidades, depreendemos que é possível não serem vários subgrupos de um mesmo grupo, mas um grupo espalhado e envolvido por matrimônio com os Juruna, já que não era bem conhecido pelos pesquisadores da época, como também, serem vários subgrupos. Coudreau (1977:28) menciona: “(...) não se tem muito a respeito dos araras, senão informações muito vagas (...) mormente mulheres, moram com os jurunas ou com os civilizados (...)”. Os relatos de Leôncio e Ananum reforçam a tese de que sempre foram poucos. Isso nos leva a crer que a diminuição, por morte ou mudança com cônjuges não indígenas, inviabilizou os casamentos com pessoas de grupos residenciais natais; sendo necessário buscarem seus pares em meio a grupos residenciais natais diferentes, como os Juruna e não-indígenas. A falta de proximidade com os Arara do Laranjal e Cachoeira Seca reforça, também, a idéia de que os Arara do Bacajá, além de um grupo pequeno com grande autonomia, tinham pouco contato com esses, então, se os laços de parentesco existiram ficou no passado muito distante e não são mais lembrados por nossos interlocutores.

O indigenista da FUNAI Afonso Alves, em entrevista, informou que:

“(...) em 1970 avistamos a aldeia de Ananum, quando procurávamos os Xikrim no rio Bacajá, seu José Matias ‘contratava’ mão-de-obra naquela região e arrebanhou o grupo dele do Morro Pelado, para trabalharem nos seringais e castanhais, eles não tinham lugar certo viviam andando; depois ficaram espalhados com os patrões na Ilha da Fazenda, um povoado. Ele é índio legítimo, mas se misturaram muito, o pai ou a mãe dele era índio. A FUNAI o contratou para atuar na Frente de Atração Arara-FAA para falar com os que hoje estão na Cachoeira Seca e Laranjal, mas não foi possível, pois falava língua diferente. Talvez esse Maia seja o que ficou da família do Ananum, ele é Arara do Bacajá, outro grupo(...)”. (Entrevista realizada em 13/08/04).

O deslocamento entre o Bacajá/Xingu⁵

Ananum conta que sua avó Tjeli (yarunu) e Teodora, sua mãe, casada com seringueiro não-indígena, saíram de um lugar chamado Morro Pelado, no rio Bacajá,

⁵ Ver Croqui 2 – Deslocamentos Bacajá/Xingu

desceram esse rio em ubás até o rio Xingu, parando na Barra do Vento, uma ilha ainda hoje com o mesmo nome. Dos 50 indígenas que saíram __ entre homens, mulheres e crianças __ somente 20 chegaram. A fome e a gripe dizimaram boa parte do grupo. A permanência nesta ilha foi curta, havia um homem por nome Diamantino (seringueiro), que habitava o lugar o que fez seguirem viagem até a localidade denominada de Samaúma no rio Xingu. As pedras que existem no lugar possuem sinais, símbolos e marcam a área, num registro de ocupação, possivelmente, bem anterior à presença desses.

Leôncio, também, narra esta história, mas da outra parte do grupo. O avô Pirá (Arara) e a avó Pipina (Juruna), pais de Firma sua mãe, se deslocaram da maloca que tinham na margem esquerda do Igarapé Sucuriju em direção ao rio Xingu. *“No igarapé do Sucuriju e igarapé Queiroz, abaixo do Potikrô, foi à maloca dos velhos, eles desceram em direção ao rio Xingu e se estabeleceram no Chico Tintim [Quintino?] perto da Maloca do Muratu* ⁶ [mencionado na relação de Coudreau como um dos líderes de 18 malocas Juruna], *vivia num lugar chamado por eles de Muratá, conhecido hoje como Deserto(...) o grupo de Pirá ficou abaixo do Deserto* ⁷ ”. Essa viagem Arara e Juruna compartilharam juntas, a união matrimonial entre os dois grupos fez com que vivenciassem a mesma história, isso pode explicar a dúvida sobre quem era Juruna ou Arara, nos relatos de Leôncio, Ananum e Fortunato Juruna, na medida que os descendentes usavam as duas identidades conforme seus interesses.

⁶ O grupo de Muratu e Mandau Juruna, sua mulher, não faz parte do grupo que fez o deslocamento do igarapé Sucuriju para o rio Xingu eles já estavam lá quando o grupo de Pirá chegou.

⁷ A área que corresponde ao “Deserto” fica a jusante do rio Xingu, na sua margem direita, corresponde a 15 lotes, tamanho imaginado por Leôncio, que vai da boca do igarapé Piracema até o igarapé Julião, essa região, hoje, pertence ao município de Anapu. Esse lugar pertenceu aos Juruna no início do século XIX, era onde ficava a maloca de Muratu Juruna. Pe. Krauetler (1953:45) informa que “(...) o aldeamento era pequeno, um pouco abaixo da foz do Bacajá e se dissolveu devido um catarrão que dizimou os pobres silvícolas”. Essa foi a última morada dos Juruna, o lugar foi abandonado pela maioria do grupo. Francisco Lopreu, filho de Pirá Arara e Pipina Juruna, viveu no lugar com dois sobrinhos Juruna até sua morte em 2003, quando foi assassinado por grileiros. O lugar foi ocupado por uma parenta não-indígena. Cabe mencionar outra área próxima a essa, denominada de “Buraco”, algumas famílias Juruna venderam o lugar em meados de 2004 e foram morar na cidade de Altamira. Jorge Batista Almeida, um membro dessa família, informou que venderam boa parte da terra que usavam para fazendeiros da região, a outra parte perderam. A relação que estabeleciam com o lugar era esporádica, ou seja, quando era época de coleta de castanha iam para a área. O dinheiro da venda da terra serviu para montarem um pequeno comércio em Altamira. Esse pequeno grupo familiar é descendente de Tubiá e Viroca Juruna, netos de Muratu Juruna. Não existe possibilidade do lugar ser requisitado como terra indígena para o grupo de Leôncio Arara, visto que no passado foi apenas acampamento cedido por Muratu Juruna à Pira Arara.

No grupo de Pirá estava Tintim Arara tia avó materna de Pirá, mais sua filha Maria. As duas deixaram o grupo e se estabeleceram na terra que está hoje o grupo de Leôncio, conhecido no passado como Pontão da Tintim.

Tanto Leôncio quanto Ananum informaram que, quando os dois grupos chegaram ao rio Xingu, encontraram não-indígenas estabelecidos em algumas ilhas, morando ou utilizando-as como lugar de trabalho. Eles consideraram apenas três brancos donos de terra naquela época: Vicente cearense, que veio fugido de sua terra, vivia no lugar chamado Cocal, (terra firme) posteriormente, se junta com Tintim Arara; Pedro Ferraz, que viveu na ilha com o mesmo nome (ilha em frente ao Cocal), aonde também morou Tintim, antes de se juntar com Vicente e Feliciano, que se casa com a única filha de Tintim, Maria. Ela foi morta pelo marido quando estava grávida. *“Esses três brancos eram os únicos donos do lugar onde estamos agora”*, diz Leôncio.

Narram a história de migração de seu grupo familiar para o rio Xingu, colocando a perseguição dos brancos, as doenças e as brigas com seus inimigos Kayapó, Asurini e Araweté, como motivos de terem saído do igarapé Sucuriju e Morro Pelado, região que fica abaixo da aldeia Potikrô⁸. Não mencionam o trabalho nos seringais de seus pais e avós com tanta frequência, lembram que tiraram seringa, caçaram gato do mato e se meteram em muitas confusões na Ilha da Fazenda. Mesmo que um dia os Juruna tenham sido seus inimigos, se juntaram a eles e escreveram boa parte de suas histórias juntas, a relação com os não-indígenas, também, mostra a intensa afinidade que se estabeleceu.

No início do século XX, o trabalho nos seringais e castanhais era intenso, homens com famílias ou sem famílias saíram de seus lugares de origem para engrossarem as fileiras de trabalhadores que serviam as empresas seringalistas regidas pelo sistema de barracão. Os indígenas fizeram parte desse sistema, realizando empreitadas de serviços.

Mencionaram outros não-indígenas seringueiros e suas famílias que viviam espalhadas pela ilhas ou em terra firme, trabalhando e vivendo no lugar. Dentre eles Bernardo Ferreira do Nascimento, um seringueiro vindo do Maranhão, que circulando entre os Juruna, na época em que o grupo de Pirá Arara se encontra com o grupo de Muratu no rio Xingu, também passa a conviver com os Arara e ajuda a criar Firma Arara, filha de Pirá

⁸ Potikrô é uma das aldeias dos Kayapó Xikrin no rio Bacajá no estado do Pará, Terra Indígena Trancheira Bacajá.

(Arara) e Pipina (Juruna), se casa com ela aos 15 anos, dando origem ao pequeno grupo de Leôncio. Esse episódio está nas lembranças de Fortunato Juruna, tio da atual liderança Juruna da T. I Paquiçamba, que lembra quando crianças _ ele e Firma _ circulavam pela maloca de seu avô Muratu. Diz que “(...) *o nêgo Bernardo era muito amigo dos juruna e vivia circulando na aldeia de meu avô Muratú, lá Firma era criança, quando começou a cuidar dela(...)*”. Para Fortunato, Firma era Juruna, o que não deixa de ser, causando discussões acaloradas entre Fortunato e Leôncio. Esse conhece a viagem que seus avós fizeram saídos do igarapé Sucuriçu, trazendo Firma, e entende que o fato de ela ser filha de Arara com Juruna não faz dela somente uma Juruna, mas, principalmente, uma Arara. Em seu discurso Leôncio é categórico ao afirmar a descendência Arara como a mais importante.

Atualmente, quem são os Arara que se convencionou chamar de Maia

O grupo familiar de Leôncio não condiz com o que a mídia costuma mostrar como sendo indígenas, que usa pinturas, argolas nas orelhas, arco e flecha ou quaisquer outros tipos de enfeite, muitos menos mantiveram fortes semelhanças físicas com os possíveis parentes distantes, os Arara do Laranjal e Cachoeira Seca no rio Xingu/Iriri. Estudos que estão sendo feitos mostram que esses Arara já não formavam uma rede intercomunitária desde 1887 com os Arara que estão, hoje, no rio Xingu, conforme pesquisa em andamento do linguista Isaac de Souza. O deslocamento feito pelos avós de Leôncio, no final do século XIX, conduziu o grupo para situações históricas bem distintas na região do baixo Xingu, onde o casamento interétnico com não-indígenas mesclou a população.

O grupo foi inserido no sistema socioeconômico/cultural da região que se estabelecia, passando por grandes mudanças. Contudo, procurou manter a integridade social e a identidade étnica do grupo, vista de diferentes formas pelas parcelas regionais. Assim, como o sistema maior, o subsistema tem estruturas próprias de ampliação, o grupo de Leôncio está pautado na relação de parentesco, na história e manteve uma relação estreita com o ambiente em que vivem. Suas teias de relações, decisões e sentimentos vividos no cotidiano se estenderam interagindo com o sistema maior.

A população das aldeias Oro'g Yeboroguru e Vista Alegre são formadas por uma extensa família onde, na hierarquia do grupo Leôncio Ferreira do Nascimento (65), está no

topo, ele é o elo das atuais gerações com as gerações passadas que viveram no lugar, a genealogia demonstra essa ligação. A proximidade geográfica da aldeia com a cachoeira denominada Maia, lhes rendeu a mesma denominação e hoje querem evidenciar sua origem étnica.

O parentesco com Leôncio diz quem é ou não do grupo. Os casamentos frequentes com não indígenas, em maior número, têm reforçado o parentesco das crianças pela linha de descendência materna ou paterna que for ligado diretamente a ele. O comando da aldeia, que sempre esteve nas mãos de Leôncio, está sendo transferido para seu neto mais velho José Carlos (26). Isso reforça a importância de manter as decisões políticas no comando da linhagem, uma preocupação, se observarmos que o número de não indígenas como cônjuges tem aumentado. A indicação é aceita pelo grupo que está na aldeia Oro'g e vista com receio pelos que estão na Vista alegre, porque temem intromissão. Os órgãos com quem dialogam, FUNAI e FUNASA os recebem, mas duvidam, não fizeram a inclusão de suas demandas no orçamento de 2005 (solicitamos junto a CGDI/FUNAI/BSB, que encaminhasse ao Procurador da República do Estado do Pará o Relatório Antropológico prévio para providências junto à FUNASA). Quanto ao CIMI disse não ter dúvida e já tinha projeto para a construção da casa de farinha em janeiro desse ano.

A extensa família de Leôncio tem clareza de que onde vivem foi terra ocupada por seus bisavós indígenas - as histórias são contadas debaixo de uma árvore de carambola, onde a molecada se junta para ouvir o que os adultos estão conversando – e entendem que o lugar não é terra negociável. A aldeia Oro'g Yeboroguru – nome recente – antes sítio Socorro Maia, tem seu complemento na aldeia Vista Alegre, que por ficar um pouco mais distante, tendem a levar uma vida relativamente mais desligada do que ocorre naquela aldeia, isso recentemente vem se modificando, pois discutiram os rumos que deveriam dar para a terra. Possuem uma história de migração e uma história de ocupação que remonta desde o final do século XIX e, quando dizem que são descendentes de Arara, afirmam não querer se transformar no que os “parentes” do Laranjal e Cachoeira Seca são, mas dizem que: *“somos como somos e não negamos, tem preto e tem branco a senhora tá vendo, mas também somos parente de todo esse povo que lhe falei que andou com minha mãe Firma, meu avô Pira e minha avó Tintim e que viveram aqui”*(entrevista nov/04).

A sociedade ainda está presa ao estereótipo do índio apresentado pela mídia, ou acredita que é possível dizer quem é índio, fazendo exame de sangue, esse último exigido por alguns fazendeiros na região do baixo Xingu.

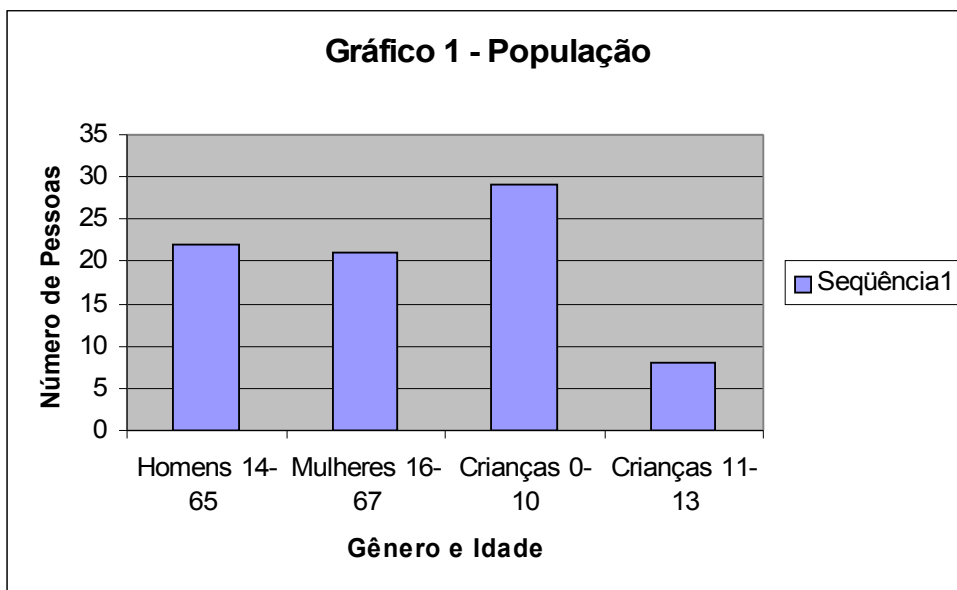
1.2- Censo Demográfico

A população, hoje, é composta de 16 famílias, 80 indivíduos. O censo não contou com os parentes que estão em Altamira, Ilha da Fazenda e Ressaca. As duas últimas localidades são vilarejos próximos da aldeia, com uma boa estrutura de comércio que atende as populações indígenas e não-indígenas da região. A ilha da Fazenda possui um pequeno laboratório e enfermaria para atender casos menos graves de saúde. Existe outro laboratório na T.I Paquiçamba, que também é utilizado pelos Arara.

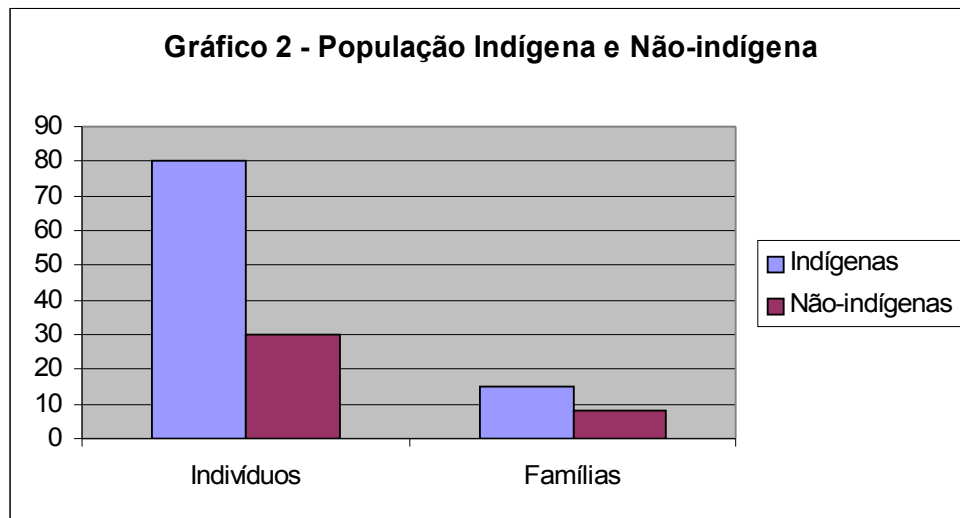
TABELA 1
CENSO DEMOGRÁFICO

CLASSIFICAÇÃO	FAIXA ETÁRIA
HOMENS	14 a 65 – 22
MULHERES	16 a 67 - 21
CRIANÇAS	0 a 10 - 29
	11 a 13 – 08
TOTAL	80

A tabela acima está organizada procurando mostrar não só o número de pessoas existentes nas diferentes categorias, mas também, considerando as idades de trabalho. Por exemplo, os meninos com 14 anos já ajudam os pais na roça, na caça, na pesca. As meninas na idade de 16 anos já possuem famílias, cozinham, lavam roupas, louças e limpam o peixe no rio. Os filhos estão sempre agachados em sua cintura. Os meninos de 10, 11,12 anos cuidam de carregar água, as meninas cuidam dos irmãos menores, lavam utensílios domésticos e ajudam os irmãos menores durante o banho no rio. Os gráficos abaixo buscam ilustrar melhor essa população indígena em relação à não-indígena.



O número de crianças de ambos os sexos, nos dez primeiros anos de vida, entre as duas aldeias é muito alto. À distância entre essas crianças e as que estão na primeira fase da adolescência é muito grande, pois sempre tem muita criança para eles cuidarem. A diferença em números entre homens e mulheres é mínima, o que mostra um relativo equilíbrio da população adulta.



A presença da população não-indígena vivendo, efetivamente, na área é muito menor em relação à população indígena.

1.3- Distribuição Espacial da População e Critérios de Distribuição

Apesar de estarem organizadas em três lugares, nos concentramos em dois, devido um ser de uso sazonal. A aldeia Oro'g e a aldeia Vista Alegre, distam entre si cerca de, aproximadamente, 60km, são espaços geográficos distintos, autônomos, mas complementares. A primeira aldeia em formato de U é o espaço onde se encontra a maior parte das habitações, ver Croqui 3- Distribuição dos Arara, Leôncio se refere a ela como "setor". Nela, encontramos pomar perto de casa, horta suspensa em canoas velhas, um terreiro no centro da aldeia - lugar importante, pois é nele que as crianças brincam no final das tardes e onde as festas e as movimentações da aldeia ocorrem - e um cemitério. O cemitério não fica distante das casas e sim, na seqüência dessas, paralelo ao quintal das casas. O primeiro cemitério foi feito na ilha de mesmo nome, quando essa era seu habitat. Nunca houve impedimento por parte dos Arara, quanto ao uso pelos vizinhos não-indígenas, do cemitério ou de outras áreas que consideram suas, a política da boa vizinhança sempre prevaleceu até 2003. Só começaram a mandar carta para a Prelazia do Xingu e CIMI, quando suas roças, os caminhos de comunicação, os cursos d'água e os limites naturais começaram a ser "cortados" pelo vizinho Tucum ou a mando da Associação dos Produtores Rurais das Glebas Ituna, Bacajá, Bacajá - APIBAI.

A “mata”, como se referem à floresta, é onde encontramos as grotas (olho d’água), as áreas de castanhais, cocais, açazais, áreas de caça e as roças. O rio Xingu está dividido em áreas de pesca, banho, limpeza do peixe, da louça, da roupa e lugar para pôr de molho grande quantidade de mandioca para o preparo da farinha. As pontas de ilhas próximas servem para o banho dos adultos visitantes e são, esporadicamente, utilizadas pelos Arara. O rio Bacajá só é utilizado para a pesca, assim como o rio Bacajaí. A segunda aldeia possui três casas distantes e isoladas entre si, alinhadas à margem do rio Xingu, os motivos disso poderão ser vistos no capítulo sobre o fundiário. Todas as casas possuem quintal com pomar; na frente, uma área reservada aos momentos de conversa e descanso, enquanto as crianças brincam. A “mata” e o rio têm a mesma divisão de espaços que a primeira aldeia tem, pois usam, principalmente, os mesmos castanhais e alguns pontos de pesca são compartilhados.

Vale abriremos espaço para a descrição das casas nas duas aldeias. Essas são construídas de taipa com adobe, outras com madeira na frente e adobe com taipa nas laterais e fundos; a cobertura é de palha, ou brasilit, o chão é batido, ou seja, não tem nenhum tipo de assoalho. A cozinha com fogão de barro, onde a lenha é o combustível, mas também tem fogão a gás; a mesa é de madeira, os bancos são de tronco de árvores, ou banquinhos de madeira; as panelas são de alumínio, os pratos de vidro ou de alumínio. No restante da casa, as redes compõem o resto do mobiliário.

Para as necessidades fisiológicas não há nenhum sistema de saneamento básico, os sanitários se constituem em pequenas casas com um buraco no chão ou a céu aberto.

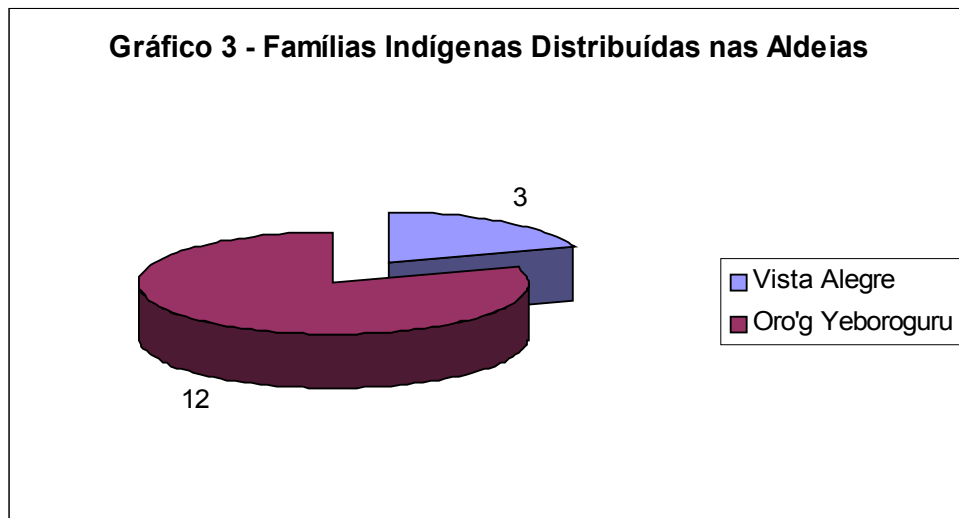
Somente a escola e a casa da professora, na aldeia Oro’g, são melhoradas. A escola construída pela prefeitura de Senador José Porfírio, é metade de alvenaria metade de madeira, com telhado de barro e forrada. No chão, o acabamento foi feito com lajota, o banheiro construído dentro da escola é todo lajotado, existe fossa e vaso sanitário, o encanamento proporcionou chuveiro e pia, mas não funcionam porque não existe água encanada. A casa da professora é de madeira com telhado de brasilit, construída pelas famílias, não existe acabamento no chão, assim como não há banheiro ou pia, isso faz com que haja necessidade de se ir buscar água no rio, constantemente, para suprir as necessidades de fazer a comida e de se lavar as louças no jirau (estrado de madeira feito pregado ao patamar da janela da cozinha, pelo lado de fora), onde ficam os baldes com

água, as louças que deverão ser lavadas e a carne de caça a ser cortada. O jirau é comum em boa parte das casas, contudo, é para o rio que a louça é levada em grandes bacias, para serem lavadas; é nele que a caça ou o peixe é tratado, e ainda é onde as crianças brincam quando não estão fazendo travessuras no centro da aldeia. Dele, é retirado o peixe todos os dias para o almoço e, nas épocas de maior fartura, para a venda de onde, também, pescam a tracajá. Ver os detalhes no Capítulo III - Atividades Produtivas.

O rio Xingu e seu afluente, o rio Bacajá, lugar de maior fluxo para eles, são as vias que levam e trazem informações. As trocas de notícias entre os tripulantes das canoas, dos barcos-comércio com a aldeia são intensas. Muitas vezes, informações que trazíamos de Altamira já era do conhecimento deles quando chegávamos na aldeia. A floresta de onde retiram produtos, assim como o rio, é território extensivo à suas casas. Na época da coleta de castanha passam acampados até que tenham apanhado o suficiente para o alimento e para venda. Quando saem para caçar, precisam, hoje, ir muito mais longe, acampar para a espera da caça e garantir o alimento das famílias dos que foram, mas sempre alguns pedaços são distribuídos. Eles têm consciência da necessidade de manterem os rio e a mata em condições de garantirem a sobrevivência de todos, não vimos uma relação desequilibrada com o ambiente, dentro da medida, usam o que é necessário e só derrubam o que é preciso para as roças e construção das casas. Contudo, vimos à necessidade de conhecerem melhor as diferentes formas de aproveitamento das árvores, dos produtos que coletam e dos que não utilizam, evitando a escassez de alimento e o mau aproveitamento das proteínas.

As discussões ocorrem na escola ou debaixo da árvore que fica perto da casa de Leôncio. Atualmente, acrescenta-se à casa da professora como lugar de importância, visto que a mesma juntou-se com José Carlos (26), neto de Leôncio e a segunda pessoa dele.

Os Arara estão distribuídos da seguinte forma: **aldeia Oro'g Yeboroguru** Flor da Terra, nome dado por eles quando começamos a discutir a proposta de TI, é onde está o maior número de famílias. A ilha Pedro Ferraz em frente à aldeia abriga três famílias durante o verão e que, durante o inverno, vão para suas casas nessa aldeia. Adiante encontramos a **aldeia Vista Alegre**, onde vivem outras três famílias. Ver adiante Gráfico 3- Famílias Indígenas Distribuídas nas Aldeias.



A organização do espaço, conforme os Arara mais jovens explicam, “(...) *está relacionado com o rio, quanto mais próximos ficamos mais fácil para pegar água, tratar do peixe e não tem mato para passar*”. Leôncio explica que as casas dos parentes obedecem a uma ordem prática e sentimental “(...) *quando os filhos foram crescendo queriam morar tudo perto de mim deixando um quadro no meio pra gente zelar (...) os filhos e os parentes nunca quiseram me abandonar, essa é a vantagem que eu tenho, eu nunca pensava que isso ia acontecer achava que fosse difícil (...)*” quando se referiu a “vantagem” quis dizer da possibilidade da terra, que está em estudo.

Contudo, podemos interpretar melhor esse comentário “(...) *os parentes nunca quiseram me abandonar (...)*”. As casas dos Arara é parecida com as demais casas da região, porém sua diferença está no **sentido** de como estão organizadas e o **propósito** de estarem assim agrupadas. Ou seja, existe um sentimento de pertencimento a um grupo, a uma história comum que é compartilhada e que o parentesco é o elo que reforça esse sentimento grupal. A distribuição das casas e quem as ocupa, demonstra a importância e a proximidade do parentesco com o membro mais importante do grupo: Leôncio. A ordem de significância dessas pessoas foi demonstrada quando ele e o neto, José Carlos, escolheram quem iria nos acompanhar nos trabalhos de campo, tanto na mata quanto no rio.

1.4-Histórico de Ocupação da Terra de acordo com a Memória do Grupo

Podemos dividir a ocupação em duas fases:

1ª. Fase da ocupação

Nos relatos de Leôncio(65), líder dos Arara da VGX, o rio Bacajá e o rio Xingu sempre foram lugares onde seu povo viveu. Três moradas foram erguidas, mas só uma delas resta, o local de habitação do grupo na atualidade, ver Croqui 2 – Deslocamentos Bacajá/Xingu.

1ª. Maloca Formada por Pirá Arara quando saiu da morada no rio Sucuriju e aportou com seu grupo no Chico Tintim no rio Xingu, um lugar “*encostado*” do Deserto, onde estava o grupo de Muratu Juruna. Eles não permaneceram no local. Os relatos mencionaram que a ilha Barra do Vento foi lugar aonde Pirá também acampou. A existência de um dono nessa ilha, por nome Diamantino, fez com que seu grupo desmanchasse a maloca e seguisse junto com o segundo grupo, o de Teodora Arara, que também desembarcou na Barra do Vento. Os dois grupos seguiram viagem e construíram uma nova maloca no Samaúma, na confluência do Bacajá com o Xingu. Supomos que essa morada seja do final do século XIX a início do século XX, nos primeiros quarenta anos desse último século, os mais velhos morreram e os jovens se dispersaram pela região.

2ª. Maloca o grupo de Teodora filha de Tjely, irmã de Tintim, saiu da morada no Morro Pelado e desembarcou na ilha Barra do Vento, no rio Xingu. O grupo acampou na margem esquerda desse rio, onde montaram a segunda maloca no “(...) *Samaúma é onde está a pedra escrita lá era maloca de Teodora, irmã de meu avô Pirá (...)*” fica na confluência do Xingu com o Bacajá. Tieli era mãe de Pirá e Teodora. Essa maloca foi desmanchada em meados dos anos de 1960, quando Teodora perdeu o marido e, em seguida, seu filho Iró. Algum tempo depois de casar com outro, não índio, foi viver na ilha da Serra na boca do Bacajaí.

3ª. Maloca Tintim Arara, tia de Pirá, se desmembrou do grupo desse e foi viver na ilha Pedro Ferraz, perto da segunda maloca. Casou-se com Vicente, um seringueiro, que viveu nas terras em frente à ilha. O casamento fez com que ela e Maria, sua única filha, mudassem para o lugar, que ficou conhecido como o Pontão da Tintim: “(...) *onde estamos, onde morou Tintim Arara tia do velho Pirá meu avô, pai de minha mãe Firma (...)* Tintim e Firma, vivíamos juntos com esse pessoal aqui mesmo... onde estamos os Kayapó e Asurini

atacavam o tempo todo, tínhamos que sair e não ficava ninguém(...)”. O Pontão foi abandonado todas as vezes que os Kayapó atacavam, quando isso acontecia, procuravam as ilhas para se refugiar, até porque conservavam uma infraestrutura montada nesses lugares. As ilhas Pedro Ferraz e Joaquim Preto, em frente ao Pontão da Tintim, foram amplamente utilizadas por seus pais e avós.

É importante ressaltar que as ilhas foram lugar seguro de morada, a geografia da região do baixo Xingu, na sua Volta Grande, tem um considerável número delas, onde umas se mantêm no inverno e outras submergem. Ficam, relativamente, próximas umas das outras e, no passado, houve um amplo trânsito entre elas e a terra firme. Foram usadas como ponto de apoio na atividade da pesca e nos seringais.

As ilhas consideradas mais importantes pelos Arara foram percorridas e tomadas suas coordenadas geográficas com previsão de algumas serem incorporadas aos limites da terra pretendida. As ilhas marcadas com asterisco estão sendo reivindicadas pelo Juruna, no Relatório de estudo de revisão de limites da T.I. Paquiçamba, e os Arara não solicitaram sua inclusão nos limites da terra.

- Ilha do Pedro Ferraz ficou sendo morada de Tintim Arara, depois que o dono do mesmo nome a abandonou;
- Ilha do Joaquim Preto foi o lugar onde viveu os pais de Leôncio, Bernardo Ferreira do Nascimento e Firma Arara, até que essa morreu. Ela foi enterrada no Sítio Velho, hoje, Tapera Furada, lugar de terra firme em 1960;
- Ilha do Cemitério* fica em frente à ilha Barra do Vento, ela era utilizada para enterrar seus mortos, mas também os dos Juruna.
- Ilha da Mangueira*, lugar de morada;
- Praia da Dunga*, onde Leôncio nasceu;
- Ilhas do Jatobá, Pau D’arco Grande*, Darquinho, Paraíba, Juliana*, Cãindi* foram lugares de trabalho, aonde cortavam seringa e vendiam para Alberto Soares, Otávio Queiroz, Júlio Siqueira e Luiz Né.

Leôncio Ferreira do Nascimento Arara foi o único do grupo que ficou no Pontão da Tintim. Com a morte de sua mãe em 1964, saiu da ilha e passou por completo para terra firme, para o lugar em que estão atualmente. Seu pai, desgostoso, abandonou a região e só

retornou quando Leôncio o trouxe de volta alguns anos depois, sua morte se dá na década de 1970. Dos parentes que ainda vivem, sua tia materna, tio e tia paterna, vivem na Ilha da Fazenda e em Altamira, respectivamente. Os dois irmãos vivos estão na TI Paquiçamba, casaram com Juruna, se separaram, mas permaneceram no lugar, e uma irmã vive em Altamira. Os parentes mortos foram enterrados na ilha Cemitério, sua mãe foi enterrada no Sitio Velho ou Tapera Furada - lugar de terra firme -, onde morou por pouco tempo; os dois irmãos falecidos foram enterrados no cemitério do Pontão da Tintim. A passagem definitiva das ilhas para a terra firme é por ele relatada:

“(...)Todos ficaram nesse lugar até o fim da vida [refere-se as malocas que os velhos construíram]. Eu só conto o que eu sou, de que família eu sou, tenho testemunhas. Maria Firma Arara era minha mãe, Bernardo Pereira do Nascimento, era meu pai, que veio do Maranhão mexer com a seringa, era negro do beíço virado. O pai de minha mãe era Pira, casado com Pipina, que era arara misturada com juruna. Conheci ela e o velho Pirá, que era irmão da Teodora mãe do Ananu. Pirá era caboco velho trabalhador(...)Ainda tem muita gente da minha família na Ilha da Fazenda e em Altamira(...)Se der certo essa localidade a Josa [irmã de Ananu, tios de Leôncio] disse que vem pra cá, acabar o resto da vida no que é dela e foi da mãe dela, fazer roça, plantar cará(...)Tintim, eu considerava como vó, era tia do velho Pirá, ela era arara pura, tinha listas na cara, no centro branco e azul ao redor, era seguro e não largava nunca, ela era uma mulhersona, falava ruim e me chamava de filho, quando criança ela me cuidou, eu a considerava como vó, ela morava nessa localidade, aqui tinha roça de flechal, que começava(...)não conseguimos mais plantar. Nós vivíamos tudo junto com meus irmãos, com a morte de minha mãe, em 1960, eu fiquei desorientado, meu pai me deixou, quase fico doido de pensar, remei até quase me acabar com saudade de minha mãe, porque ela não pode me aconselhar os assuntos da morte, porque o índio não tinha essas idéias, na época, sobretudo, meu pai que podia, mas não fez, hoje o índio já tem boa idéia, foi ai que nos espalhamos, mas não arredei o pé dessa região com toda a desorientação agüentei até agora. Nunca arredei daqui. Já tinha mulher e filhos quando minha mãe morreu, casei em 1958 com Iracema. Minha mãe me entregou essa localidade antes de morrer, ela me chamava de nêgo, mas antes de morrer me chamou de caboco, e disse: ‘quando eu morrer você tome conta do lugar, tome conta do que era de nosso pessoal’, ai fiquei cumprindo a palavra dela toda a vida, nunca deixei o lugar, a vó Tintim fez o mesmo com a minha mãe. Acho difícil eu sair daqui, a resistência que eu tinha para abrir outro lugar em outro canto, não existe mais, agora estou doente criando minha família, sozinho e Deus.”(Leôncio entrevista em 19/08/04).

O relato deixou entender que as famílias circulavam entre as ilhas e a terra firme, numa rede intercomunitária de serviços prestados internamente como externamente, visto que faziam parte da dinâmica socioeconômica da região, qual seja, a empresa extrativista de exportação e utilização da mão-de-obra local. Eles trabalhavam e moravam perto do lugar de extração do látex (acima relacionamos as ilhas de trabalho), tinham suas famílias perto e não ficavam abandonados, consumiam o que tiravam do rio e da mata, ao que

parece não foram prisioneiros do sistema de barracão. Mudar das ilhas para terra firme foi, a grosso modo, uma questão de atravessar o rio de canoa e levantar o esteio de sua casa, já que todos eram parentes. A mudança para o Pontão não foi depois da morte de sua mãe, ele só efetivou sua permanência no lugar, pois desde os doze anos, quando é adotado por Tintim, já morava no local. “(...) *Quando eu era criança ela me puxou todo, quando eu me arrebentei, fiquei considerando ela de vó e ela me chamava de filho (...)*”.

2ª. Fase da Ocupação

Em 1975, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - percorreu a região para registrar as ocupações “constatar as posses” existentes e solicitar a área para o complexo de colonização. Todos que estavam ocupando as terras entre o Bacajá e o Bacajaí foram cadastrados como lotes de 100 hectares. Leôncio registrou o Pontão, que passa a ter o nome de Sítio Socorro Maia, porque pensou em seu filho e na cachoeira do Maia que fica próxima. No mesmo período, seu irmão Nazareno Ferreira do Nascimento cadastrou a localidade Sítio Velho ou Tapera curada/Tapera Furada como lote, mas foi viver com o irmão e, em seguida, caiu doente e morreu. O lugar foi vendido para Silvério, hoje, vice-prefeito de Altamira.

O INCRA em sua mapoteca possui uma carta da região com data de 1984; onde aparecem as posses, segundo informações de um funcionário que acompanhou a situação na época. A área na década de 1970 foi uma gleba recardada, ou seja, solicitada para o complexo de colonização, mas não foi feita a discriminação da área - levantamento preliminar das posses existentes para ser documentada -, a justificativa se deveu ao número de posses não ter sido suficiente para fazer a discriminatória e averbação no cartório. Sem a constituição de uma gleba, o INCRA ficou sem ter como acompanhar a situação, por isso pelo Decreto nº1.164/71 foi devolvida ao estado a Gleba Bacajaí, localizada no município de Senador José Porfírio, ficando sob a responsabilidade do Instituto de Terras do Pará – ITERPA.

O único documento que Leôncio tem do lote é uma Carta de Anuência ao Banco do Brasil, com Licença de Ocupação nº4.01.82.1/0919 e Processo PF/ALT nº001.08/76 expedido pelo Incra dando autorização para que o mesmo constituísse penhor da totalidade da safra relativa não só no período agrícola de 1976/77, como das lavouras existentes, ou

que viessem a ser formadas no citado imóvel e, também, autorização à concessão de financiamento de materiais e instrumentos, edificações, instalações e semoventes, etc. Essa autorização nunca foi usada. Os 100hectares não foram “cortados” pelo INCRA, portanto, os Arara não têm clareza dos limites de seu lote dentro desta medida. Os limites que usam são os naturais, denominados por eles, que vão marcando o espaço percorrido no trabalho, como Pontão da Tintim, Trairão, Pico da Queimada, Serra da Mariazinha, Pico da Ponta do Facão, Pico do Veado, Pico da Tatajuba, Pico do Barreiro e Pico do Cocal. A utilização da terra vai até o igarapé das Sete Palmeiras; o que vai muito além do estabelecido pelas medidas do INCRA.

O ITERPA, ao reassumir a gleba Bacajaí, nunca liberou título definitivo para os antigos posseiros que foram cadastrados pelo INCRA. Dos 22 ocupantes, hoje, são apenas quatro; os demais chegaram em tempos mais recentes. Os processos analisados que tramitam no setor fundiário do ITERPA, estão parados aguardando relatório sobre o estudo de Macrozoneamento das terras do estado do Pará, conforme já mencionamos, mas não constam nesses processos os nomes desses ocupantes mais antigos. Quanto a ocupação da Vista Alegre feita pelos sobrinhos de Leôncio, só ocorreu no final da década de 80 e início da década de 90, o que será tratado no capítulo fundiário.

1.5- Práticas de secessão do grupo e seus critérios (causais, temporais e espaciais)

As três famílias que moram na Vista Alegre são sobrinhos e sobrinhas de Leôncio, casados com não-indígenas, quando construíram suas famílias se separaram e ocuparam o lugar, em decorrência dos casamentos que fizeram. As separações são espaciais, mas também causais, os cônjuges, por uma questão de poder sobre o lugar da morada e de condução dos modos de vida e dos negócios, resolveram construir suas vidas fora da aldeia Oro'g Yeboroguru.

Apesar da separação e dos motivos da escolha, obedecem as decisões tomadas por Leôncio, principalmente, quando têm a ver com todo o grupo. Contudo, nem sempre somam com as opiniões defendidas pelo grupo maior.

O comando de Leôncio e o esforço para manter a unidade do grupo têm sido alcançados ao longo dos anos, como ele diz, “*no conselho*” :

“(..).chamo meu pessoal, não para reunião, se fizesse isso, desde o começo, acho que iriam estranhar, ai eu procurei só dentro do conselho, na igualdade, como era pra levar a vida, ser unido, viver todo mundo tranqüilo, sem viver brigando, apedrejando a criação do outro. Eu por exemplo, não posso criar para todos, então todo mundo tem que criar para ter o que comer, o que vender. Foi entrando na camaradagem com meu pessoal para serem unidos e entendam o que é uma comunidade. Se eles não entendem, acho que não tem direção. A maior parte acredita que é assim. O que eu disser tá dito(...)Não temos roça comunitária, temos um projeto pra esse ano de 2004, vamos ter que roçar junto, plantar junto. Aqui cada um trabalha na sua roça; genro, netos e filhos, alguns ajudam os outros nesse trabalho, tem quatro grandes roças. Outra coisa que defendo, pro meu grupo, é que quando um compra o forno, ele é o dono, mas se reunir e cada um der um tanto, o forno será da comunidade(..).”

Dessa forma, Leôncio procurou manter a unidade do grupo, mas nos últimos dois anos tem passado lentamente o comando para seu neto José Carlos (26); o que não é da satisfação dos que moram na Vista Alegre. José Carlos vem firmando sua autoridade através das reuniões onde discutem os problemas e estabelecem algumas metas para serem alcançadas pelo grupo nos próximos cinco anos.

Em algumas tarefas, como na caça, no processo de feitura da roça, na coleta da castanha e nas festas, a unidade do grupo aparece mais. A produção da farinha, mesmo que seja feita por uma família, esta a divide com todos, sempre vai um pouco para a casa de cada um. Recentemente, a discussão foi sobre a localidade passar a ser uma Terra Indígena, o que suscitou várias discussões e reuniu as duas aldeias. No próximo capítulo trataremos sobre a Habitação Permanente.

CAPÍTULO SEGUNDO

2-HABITAÇÃO PERMANENTE

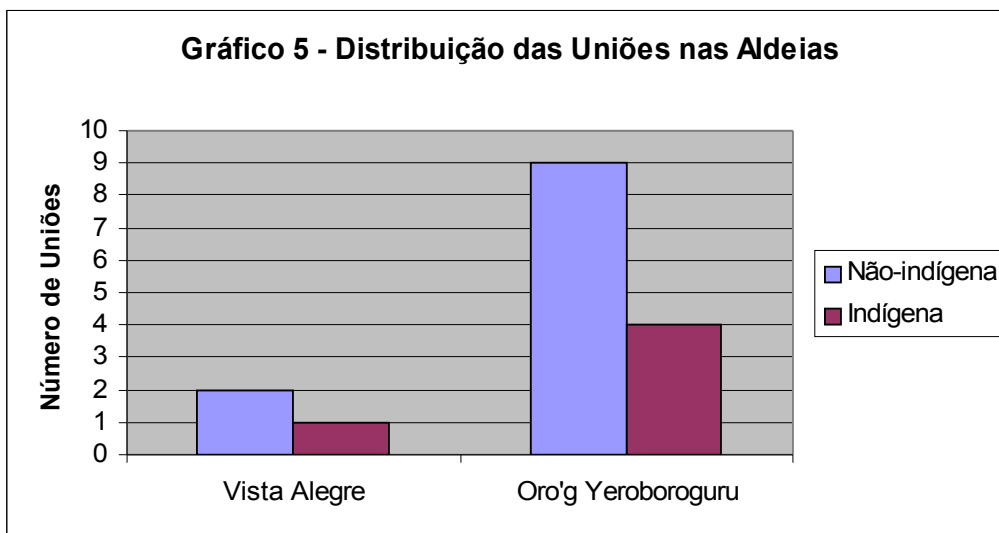
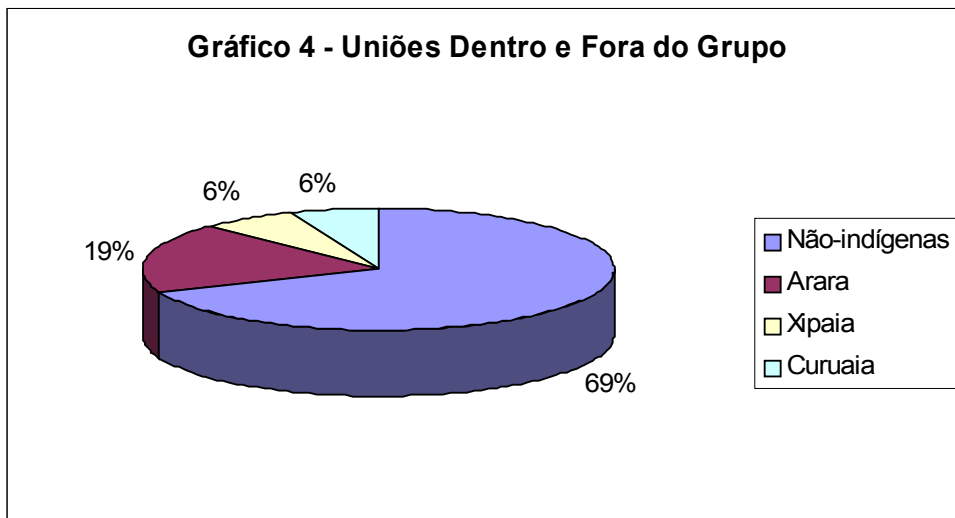
2.1- Descrição da Distribuição das Aldeias e População

A T.I Arara da VGX localiza-se no município de Senador José Porfírio, entre os rios Bacajá e Bacajaí, na região do baixo Xingu, nas coordenadas Latitude 03°30'12''S e 3°41'30''S e Longitude 51°34'18''(WGr.) e 51°45'18''(WGr.) As duas aldeias Oro'g

Yeboroguru e Vista Alegre, todas às margens do rio Xingu, estão separadas entre si. A primeira aldeia localiza-se nas coordenadas Latitude $03^{\circ}41'18''S$ e Longitude $51^{\circ}35'42''(WGr.)$. As casas, nessa aldeia, estão organizadas em forma de U. A segunda aldeia, nas coordenadas Latitude $03^{\circ}30'50''S$ e Longitude $51^{\circ}43'46''(WGr.)$, se constituem em 03 habitações separadas entre si, alinhadas nas margens do rio Xingu.

A população dos dois lugares correspondem a 80 indivíduos distribuídos em 16 famílias, sendo 13 na aldeia Oro'g e três na Vista Alegre; frente a uma população não-indígena, correspondente a 08 famílias num total de 30 indivíduos que vivem efetivamente dentro da área, os demais ocupantes são uma população flutuante, que não tem permanência fixa. O Relatório Fundiário menciona os motivos, que também serão abordados no capítulo fundiário desse relatório.

Das 16 famílias indígenas, 11 são formadas por cônjuges não-indígenas, (69%) 03 uniões com Arara (19%) e 02 uniões com índios Xipaia (6%) e Curuaia (6%). A incidência de casamentos com não-indígenas é maior na aldeia Oro'g (09), contra (02) casamento na Vista Alegre. Os gráficos abaixo permitem uma visualização da situação descrita acima.



A condição de membro do grupo se dá pelo casamento, o que se tem mais usado é o ajuntamento com não indígena, pela adoção e pelo nascimento. A perda dessa condição

pode ser pela morte, pelo afastamento voluntário ou pela expulsão do grupo, caso haja envolvimento com bebida, o uso de drogas e crime.

Em conversa, foi possível percebermos que o casamento entre primos cruzados e ou primos paralelos seria o preferível, entretanto, não tem sido a regra, o que mais buscam são as relações com estranhos ao grupo. Na região existe uma multiplicidade de possíveis parceiros (as), entretanto, o número de meninas com a idade de 13 anos - que já estão com algum relacionamento em andamento - é maior do que o número de meninos nesta mesma idade. Não há uma preocupação com gravidez precoce, pois as adolescentes se tornam mãe cedo e com muita frequência. Os rapazes com a idade de 18 a 25 têm envolvimento e se juntam com mulheres de fora do grupo. Atualmente, a possibilidade de ocorrer casamentos com não-indígenas é maior nessa aldeia, visto que há mais moças e rapazes em idade de casar do que na Vista Alegre.

As famílias são nucleares e monogâmicas, baseadas em uniões que consistem em se juntarem. Os filhos são reconhecidos como descendentes legítimos de Leôncio, mesmo que um dos pais seja não-indígena. Quando as mulheres passam a ter novo companheiro, os avós assumem os netos como seus filhos e as crianças passam a chamá-los de pai e mãe. A questão da identidade Arara é posta em dúvida, pelos de fora, devido à relação matrimonial com não-indígena. Com isso, o parentesco com Leôncio é resgatado em primeira mão, mostrando, por exemplo, que aquela criança é neto (a), sobrinho (a), primo (a) de Leôncio.

2.2-Critérios do grupo para a Localização, Construção, Permanência e Tempo de Permanência

No primeiro capítulo mostramos as fases de ocupação da área e como é a ligação com os Juruna que habitavam aquela região, a qual serviu de referência para o grupo, no passado, seguir na direção do baixo Xingu. Além de estarem próximos - Arara e Juruna construíram família, fortalecendo o grupo frente aos Kayapó - passaram a viver em um lugar aonde o trabalho nos seringais das ilhas era de melhor acesso e mais fácil à negociação do produto com os regatões. Além do que, ficavam, relativamente, próximos de pontos comerciais como a Ilha da Fazenda. A construção da aldeia, hoje denominada de Oro'g Yeboroguru, remonta do final do século XIX e início do século XX e chegou aos

dias atuais refletindo os diferentes momentos históricos do grupo na região, bem como as diferentes situações fundiárias desde sua ocupação. No próximo capítulo, mostraremos que atividades as duas aldeias desenvolvem para prover o sustento das famílias.

CAPÍTULO TERCEIRO

3-ATIVIDADES PRODUTIVAS

3.1-Atividades Produtivas Desenvolvidas pelo Grupo (identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas)

Os Arara têm um calendário organizado das atividades que desenvolvem durante o ano. Eles montaram o Croqui 4- Atividades Produtivas, em anexo, para mostrar o trabalho que realizam, contudo, nem sempre conseguem garantir o alimento, em quantidade suficiente para suas famílias na aldeia. Em seguida, faremos a exposição dos meses do ano com as atividades que desenvolvem, lembrando que a pesca, a caça e a produção de farinha são as únicas exercidas o ano todo. Portanto, dividem seu tempo com os demais trabalhos que precisam ser feitos e que trazem renda monetária.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março fazem à coleta de castanha, pescam, caçam e fazem farinha. Na aldeia Oro'g a farinha é feita para consumo e dividem-na. Na Vista Alegre, quando uma família faz farinha, as outras duas compram por \$15 reais a lata ou \$60 reais o saco de sessenta quilos, a troca por outros produtos pode ocorrer, dependendo das necessidades.

Em abril, fazem o cultivo da roça para o plantio do feijão e da fava, que deverão ser colhidos no meio do ano.

Em maio, praticam a pesca de peixe ornamental-acari—que vai até o mês de outubro. Em junho, além da caça, pesca, produção de farinha e a pesca do acari, os Arara fazem a coleta do milho e do arroz, que vai até julho.

Em julho fazem a preparação da roça (limpeza ou a derrubada da mata virgem para nova roça), que vai até o mês de outubro.

Em agosto, ocorre à derrubada da mata, para queimá-la em setembro.

Em setembro, enquanto uns fazem a queimada da mata que foi derrubada, outros providenciam a coivara (tiram os paus, limpam a área para a plantação) e a limpeza da capoeira.

Em outubro, ocorre a coivara. Em novembro, os Arara começam a plantar, arroz, mandioca, milho, cará, batata, macaxeira, banana, melancia, abacaxi, que vai até novembro ou dezembro.

Assim, a dieta alimentar básica depende do peixe apanhado no rio Xingu e Bacajá, da farinha de mandioca produzida na aldeia e de alguns produtos obtidos nos mercadinhos da vila Ressaca, ilha da Fazenda ou barcos-comércio. A principal fonte de renda monetária

vem da venda das caixas de castanha, da pesca do acari, da contratação por empreitada para desmatar roças para vizinhos. Os meses de verão – junho a novembro – são considerados de fartura na aldeia, os de inverno - dezembro a maio - são considerados meses de escassez, que exige uma utilização equilibrada do dinheiro que entra. É importante considerar que nem todas as famílias pegam em dinheiro, a menos que realizem algumas dessas atividades remuneradas.

3.2-Descrição das Relações Socioeconômico-Culturais com outros Grupos Indígenas e com a Sociedade Envolvente

A primeira viagem que realizamos foi em julho de 2004. Na ocasião, vimos que a primeira aldeia - **Oro'g Yeboroguru** – vivia, basicamente, do rio Xingu e Bacajá, dos produtos extraídos da floresta e da pequena quantidade de caça que existe, atualmente, na região. O plantio de mandioca nas quatro roças era maior do que o cultivo do milho e da banana. Em novembro, quando voltamos, os Arara nos informaram que estavam fazendo mais cinco roças e iriam plantar macaxeira, cará, mais milho, feijão, fava e outros. Na segunda aldeia -Vista Alegre – as três famílias possuem, cada uma, em torno de cinco a 10 roças com cultivos variados. As duas aldeias adquirem no comércio da região (ilha da Fazenda, Ressaca, Garimpo do Galo e Regatão - barcos-comércio), produtos industrializados como o café, leite, açúcar, fumo de corda, cigarro, munição para a espingarda. As famílias da Vista Alegre costumam negociar os produtos da roça na Ilha da Fazenda e Ressaca; como farinha, arroz, abacaxi, banana. Outra atividade que desenvolvem é o garimpo, feito no fundo do rio, quando chegam a tirar de 20g a 50g de ouro e vendem no garimpo do Galo ou Ressaca. Das duas aldeias, a Vista Alegre é a que mais negocia com os vizinhos não-indígenas.

Os povoados da Ilha da Fazenda e da Ressaca são os mais próximos das aldeias. O primeiro tem sua formação desde o início do século XX, o segundo tem sua formação em meados desse século, junto com o garimpo do Galo. Todos, resultado da dinâmica econômico-social da região. Os Arara, os Juruna do Paquiçamba e os não-indígenas recorrem aos comércios desses vilarejos para adquirirem os produtos que necessitam. Entretanto, algumas mulheres do povoado da Ressaca do garimpo do Galo, costumam acompanhar os Arara durante os dias que se estendem com a pesca à longa distância devido

a necessidade de muitos dias ausentes da aldeia. Mesmo que essas vilas e as aldeias estejam no município de Senador José Porfírio, a cidade de Altamira é o centro de referência para todos, recorrem a ela quando precisam negociar sua entrada no programa de atendimento da FUNASA e FUNAI, ver os familiares, fazer alguma compra, trocar informações com os outros índios que estiverem circulando na cidade etc.

Os vizinhos Juruna da TI Paquiçamba permitem o atendimento de saúde no ambulatório, visto que existe enfermeiro e o equipamento necessário para o exame da malária. Junto aos Juruna, Leôncio tem dois irmãos que vivem há 30 anos no lugar. Juruna e Arara mantêm contato e se visitam quando podem. O deslocamento entre as duas áreas exige que se reme por algumas horas, o que nem sempre é possível.

Outro vizinho indígena dos Arara é Tucum Kayapó, que vive no lugar há 12 anos com os 44 membros de sua família, conforme veremos no capítulo fundiário e parecer sobre o assunto, em anexo. Esses, vivem em situação conflitante devido a constante perda da roça de arroz e milho, que é destruída pelo gado de Tucum e nunca houve acordo sobre os danos. Além disso, outra situação agravou ainda mais as relações, os Kayapó tornaram-se sócios da Associação dos produtores Rurais das Glebas Ituna, Bacajá e Bacajá-APRIBAI e passaram a demarcar lotes por conta própria, avançando sobre as roças dos Arara. As terras que Tucum ocupa, os Arara alegam ser deles. A chegada do grupo técnico para realizar o trabalho antropológico complicou mais as relações bastante estremecidas. Não realizam negociações comerciais, apesar de Tucum ter um barco-comércio.

Com os vizinhos não-indígenas, têm uma relação que envolve a troca de favores entre indivíduos que se conhecem há alguns anos, como por exemplo o trabalho de cura (rezar, benzer, fazer remédios das ervas da mata etc), que Leôncio providencia quando vão lhe pedir. Associaram – se em 2003 APRIBAI e a relação com os Arara ficou estremecida porque esses foram buscar ajuda junto ao Ministério Público e a FUNAI. Mesmo estremecidos, continuam mandando suas crianças para a escola da aldeia e participando da festa de São Sebastião, São Francisco de Assis e as festas juninas organizada na aldeia Oro'g e, pela escola da aldeia.

Existem duas concepções de utilização fundiária que se confrontam: a concepção que os Arara têm da terra em que vivem como lugar de onde *“tiramos o nosso sustento e criamos os nossos filhos e é como eles farão com os filhos deles”*, e a concepção que os

não-indígenas e o grupo de Tucum Kayapó possuem, onde a terra é objeto de negociação. O confronto e as ações entre as duas modalidades de utilização da terra e o avanço sobre as áreas de castanhais, caça e roças causaram implicações sociais e ambientais para os Arara, porque não podem fazer a coleta de castanha, atividade que traz renda monetária. A caça foi afugentada e as roças estão sob ameaça de serem divididas, já que os “cortes” das novas propriedades passa sobre as áreas de plantio dos Arara.

3.3-Descrição das Características econômicas (alterações, eventualmente, ocorrida na economia tradicional e o modo como se processaram a partir do contato)

A coleta de castanha, a pesca, a produção de farinha e a preparação da roça são atividades realizadas conforme os usos, costumes e tradições, o que fortalece o sentido ecológico da relação dos Arara com a terra. Mesmo com a mudança do valor econômico atribuído a novos tipos de cultivo ou a novos instrumentos de trabalho na região, a inserção dessas novidades, entre eles, não provocou grandes mudanças no modo como promovem suas atividades econômicas. Vejamos como se comportam diante dessas atividades e as mudanças que ocorreram.

A coleta de castanha exige que saiam, por volta das 3horas da madrugada, para o mato, o alimento que levam não é o suficiente para o dia todo de trabalho. Por isso, a caça vai sendo feita durante o percurso, assim como a coleta de frutos. Aproveitam para caçar o jabuti, mutum, porcão e veado, “(...) fazemos um bolo só colocamos na costa(...)”. No final do dia trazem o que sobrou de alimento e os paroás⁹ cheios de castanha, que deverão ser comercializados na “porta” da aldeia “(...) a castanha é colhida nos castanhais, transportada no paroá, em paneiros ou saco de fibra, é vendida, a caixa, na beira do rio pelo valor de R\$10,00 (dez reais), pelo trabalho que dá para encher uma caixa seria preciso que vendêssemos por R\$25,00 reais, um preço justo, mas não conseguimos, o comprador não aceita. Os castanhais estão espalhados, como pode ser visto no Croqui 3-Distribuição dos Arara, por toda a área e chegam até o limite das Sete Palmeiras. Com o dinheiro compram açúcar, café, sal, fumo na porta da aldeia, no barco-comércio ou o

⁹ É um cesto tecido com a entrecasca da Imbira do tipo mororó, preta, murici-danta, ou com a casca da árvore do algodão braba mata-matá e toari ou, ainda, com a palha da babaçu. O cesto é entrelaçado com uma alça presa nas laterais do cesto. Para carregar mandioca, castanha e o que mais for necessário quando estão no mato. A alça presa na testa contorna a cabeça, descasando o cesto nas costas deixando as mãos livres. Fazem, também, com duas alças para contornar os ombros e colocar o cesto nas costas, como uma mochila.

comprador da castanha troca com eles os produtos pela caixa da castanha. Quem não coleta a castanha não tem o lucro dela.

Neste período, a pesca é realizada pelo grupo que ficou, os grupos podem fazer o revezamento das atividades. A pesca de peixe é uma atividade exercida tanto no rio Xingu quanto no rio Bacajá, e as ilhas servem de apoio. Eles reconheceram quatro áreas de pesca: uma no rio Bacajá e três no rio Xingu. Conseguem pescar 70Kg de peixe nas proximidades da aldeia, quando remam mais longe conseguem de 90 a 160Kg. Pescam com linha de nylon, malhadeira, rede e tela. Podem ficar dentro do barco aguardando o peixe fugar a isca, ou podem jogar a rede e esperar nas ilhas. A venda do pescado acontece, também, na “porta” da aldeia, a dinheiro ou na troca por mercadoria que necessitam no dia-a-dia.

TABELA 2

RELAÇÃO DO TIPO DE PEIXES E PREÇO

Pescada, Tucunaré, Pacu, Curimatá, Piranha, Barba Chata, Babão, Bicuda, Cachorra, Pirarara, Fidalgo Kg R\$1,00 real, R\$1,50 reais na “porta” da aldeia e revendido em Altamira por R\$3,00 reais.
--

A pesca do tracajá ocorre ao longo do rio Bacajá, por isso é comum viajarem em pé na proa do barco de olho na água. A pesca consiste no mergulho do pescador, que ao avista o réptil no fundo do rio, vai capturá-lo num abraço. O pescador vem à tona com o tracajá e sobe no barco que ficou à sua espera. Essa pesca é para atender suas próprias necessidades e não é feita por todas as famílias ao mesmo tempo e nem ocorre durante todos os dias da semana. Os ovos são coletados na areia das ilhas e é muito apreciado pelas crianças. O rio Bacajá é rico em tracajá e jacaré, devido ficar a uma boa distância das aldeias, exige tempo e um esforço maior remando até lá, portanto só utilizam esse rio quando tem tempo disponível, além do que o jacaré não é fácil deles capturarem.

A pesca, também, é realizada na época da piracema e ela é feita, apenas, para o consumo da família, portanto não é negociada. Os instrumentos necessários são a cerca de madeira, panheiro ou as mãos, e não ocorre durante todo o ano.

Outro tipo de atividade de pesca é a pesca de peixe ornamental, acari. Essa atividade é puramente para negócio e usam tecnologia rudimentar, a mesma usada pelos regionais não-indígenas. Com o dinheiro conseguido compram roupas, remédios para as doenças que

não conseguem curar com as ervas medicinais. Essa é uma atividade bem recente nas duas aldeias, e é exercida pelos jovens. Entrou na rotina de trabalho deles com a chegada dos maridos não-indígenas, a demanda regional pelo produto, que é exportado, e pela “facilidade” em ter dinheiro nas mãos. Isso distancia os jovens do trabalho na feitura das roças.

TABELA 3
RELAÇÃO DO TIPO DE ACARI E PREÇO

Acari Zebra	R\$ 45,00 a R\$ 50,00
Acari Aba	R\$ 6,00
Acari Picota	R\$ 3,50 a R\$ 4,00
Acari Boi de Bota	R\$ 1,00 a R\$ 1,50
Acari Pirarara	R\$ 7,00
Acari Tubarão	R\$ 4,00 a R\$ 5,00

O preço do acari Zebra, Aba e Picota no verão é menor, pois com o rio baixo, se torna mais fácil encontrá-los, então os compradores reduzem o preço. Os acaris Boi de Bota, Pirarara e Tubarão só são pescados no verão, no inverno, desaparecem. Essa atividade é altamente perigosa, o mergulho é feito só pelos jovens, com equipamento precário, quando só podem permanecer no fundo do rio por meia hora. Durante o mergulho de 25 a 40 metros de profundidade, usam uma chupeta na boca para respirar no fundo do rio, o oxigênio, vem de um cilindro ligado por uma mangueira a um compressor. Usam espada de madeira, nas profundezas, para tirar o peixe escondido entre as pedras e pegar com as mãos.

Durante quatro a cinco dias trabalham na pesca, enquanto isso, a mandioca está de molho para ser ralada, impressada, torrada e produzida a farinha. A produção da farinha é uma atividade do ano todo, é a que envolve mais a aldeia. Os adolescentes tiram a mandioca, que está de molho na beira do rio coberta com folha de bananeira, e levam em canoas para perto das mulheres que estão ralando e impressando a massa ralada em grandes crivos. Os sacos e as bacias cheias de massa são carregados na cabeça, pelas mulheres mais jovens ribanceira acima. Muitas vezes, com seus bebês agachados na cintura, num esforço até à casa de farinha onde, outras mulheres, recebem a massa e vão empilhando. Os homens preparam o fogo e limpam o tacho feito de latão para a massa ser torrada. O remo, fora de uso, serve de pá, mexem com movimentos rápidos a massa que,

aos poucos, vai sendo torrada e transformada em farinha. Para não queimar ou ficar grossa, levantam alto uma quantidade para afinar, não deixando formar caroços grandes. O calor e a fumaça se misturam ao suor do trabalho que exige força e resistência de todos. As crianças ficam ao redor do fogo olhando todo o movimento e provando a farinha que vai ficando pronta, em meio aos ralhos de seus pais que revezam na torrefação, que pode durar uma semana. A aldeia participa, e o produto final é distribuído por todos, para consumo das famílias.

O sistema de cultivo consiste no preparo da terra (broca, derrubada, queimada e coivara)¹⁰, plantio e colheita dos produtos e, no caso da mandioca, o beneficiamento e armazenagem. Utilizam, algumas vezes, a motosserra emprestada dos vizinhos e ferramentas como machado e facão. São abertas pequenas áreas para a produção, cerca de duas a três tarefas, onde são plantados arroz, milho, mandioca, banana, cará, macaxeira, maxixe, gerimum, quiabo, tomate, batata doce, melancia, maxixe e quiabo, todo o sistema de plantio e o método utilizado são manuais. O tamanho das roças permite, apenas, o atendimento das necessidades das famílias¹¹. Após a colheita das culturas, a área fica em pousio de quatro a cinco anos, sendo então utilizada nova área no ano seguinte. O trabalho na roça é o mais difícil segundo eles, é o que exige mais “(...) *pesa demais, saímos pela manhã, voltamos pela tarde, é só comer e dormir, depois da derrubada tem a coivara, agente sua um bocado (...)*”. O preparo e o cultivo da roça exige mais da força e resistência, considerando que outras tarefas foram realizadas conjuntamente.

Alguns trabalhos são realizados fora da aldeia e têm o propósito de obter recurso para suprir as necessidades de suas famílias, como fazer roça para o vizinho, cabo de machado, remo, remendar canoa, plantar cacau. O dinheiro é pouco e ajuda a vestir as crianças ou suprir outra necessidade.

As doenças são tratadas com ervas medicinais da mata nativa, até novembro de 2004 não eram atendidos pela FUNASA, procuram resolver seus problemas de saúde com o conhecimento e experiência que têm do uso da casca da barriguda (um tipo de Samaúma), casca da ameixeira, casca do jatobá, casca do cajazeiro, casca da sapucaia, umbigo da

¹⁰ Tiram os paus e limpam a área para a plantação.

¹¹ As roças produzem, ainda muito pouco, não oferecendo alimento suficiente. Durante o período que estivemos na aldeia Oro'g o café da manhã das crianças consistiam de chá, café ou mingau de macaxeira. Vimos três cabeças de gado andando na mata, que pertencia a uma família, segundo eles para tirar o leite.

castanha, semente do mamão, raiz do açaí, leite do amapá, algodoeiro, fruta da sapucaia, casca do cajueiro, casca da piranheira, todos são manipuladas para a preparação dos remédios, como são plantados por eles, o que não é encontrado, como o mastruz, malva grossa, hortelã, cidreira, capim cheiroso e anador. Por enquanto, os remédios alopáticos não fazem parte de suas vida e as doenças são curadas em casa.

Nas duas aldeias não há energia elétrica, nem motor a diesel para a produção da mesma, ou placa solar. Não há saneamento básico.

Então, o que podemos concluir é que a economia dos Arara não vem passando por fortuita mudanças, pelo contrário, a inserção na economia regional e a relação com os outros grupos indígenas, como os Juruna do Paquiçamba, o único mais próximo, indicam que as mudanças serão cada vez mais constantes e inevitáveis. O intercâmbio faz parte do contato, e é “regado” pela comunicação entre as partes envolvidas, que pode ser visual, corporal e verbal, alterando os hábitos costumes e tradições. A entrada do dinheiro e a aquisição de produtos industrializados fazem a diferença, porque a interação com o novo é constante e incita a novas necessidades. Ir até a cidade de Altamira e entrar em contato com as novidades que o lugar oferece é, no mínimo, provocante. É provável que no início do século XX, o dinheiro não tenha sido a moeda usada e a troca de produtos, tenha prevalecido, ou ainda, que esses produtos compusessem, com menos intensidade, a cultura alimentar do grupo. A mudança no modo de fazer as atividades exige a dependência de produtos, que custam dinheiro e não são produzidos por eles.

A pesca (com exceção da pesca do acari), a produção da farinha e a preparação para o cultivo das roças (e aqui valem incluímos a utilização das ervas para o tratamento das doenças), são as atividades que sofreram menos alterações, assim como os instrumentos necessários para fazê-los e, talvez, por isso, sejam a atividade mais desenvolvida e realizada por todos, incluindo as crianças.

E, por fim, o que podemos deduzir é que as mudanças são processuais e vêm ocorrendo com certa lentidão. É possível que não tenham ocorrido com mais força devido: a) presença de Leôncio como liderança que mantém a tradição; b) o acesso de embarcações à jusante do rio Xingu é bem menor do que a montante; c) a comunidade não tem dinheiro, o que obriga a selecionarem o que é mais importante adquirirem ou tornarem-se dependentes, a capacidade de seleção de novos elementos culturais passa pela condição

financeira, além de outros interesses; d) não possuírem a ajuda de instituições, é recente a chegada do CIMI/Altamira, que tinha projeto para a casa de farinha começar a ser construída em janeiro próximo passado; e) por fim, é provável que esses fatores não tenham permitido que ocorressem mudanças radicais em sua relação com o meio em que vivem e tenha conservado uma visão e sentimento de interação com a terra. O capítulo seguinte nos leva a conhecer a relação dos Arara com o meio ambiente.

CAPÍTULO QUARTO

4- MEIO AMBIENTE

A bacia do rio Xingu tem sua nascente no estado do Mato Grosso e se estende até o estado do Pará, onde ocupa uma área de 14.427,790 km², que corresponde a 25,1% de todo o estado, banhando os municípios de Altamira, São Felix do Xingu, Vitória do Xingu, Brasil Novo, parte de Medicilândia, Placas, Anapu e Senador José Porfírio. Os principais rios que formam essa bacia são Xingu, Iriri, Curuá, Fresco, Bacajá, Caeté, Ximxim e

Chiche. Os Arara estão localizados na parte baixa da bacia do Xingu, conhecida como Volta Grande, entre os rios Bacajá e Bacajaí.

O clima da região é de temperatura média mensal mínima superior a 18°, com estação seca de pequena duração e amplitude inferior a 5° C entre as médias do mês mais quente e do mês menos quente. A temperatura do ar é sempre elevada, com média térmica anual de 26° C e valores médios para máxima de 31° C e para mínima de 26,5° C. A umidade relativa do ar é acima de 80% em quase todos os meses do ano. A pluviosidade se aproxima de 2.000mm a 2.500mm anuais com irregularidades durante o ano. O período de chuvas vai de dezembro a junho e o menos chuvoso vai de julho a novembro.

A hidrografia dessa região se caracteriza pelo grande volume de águas e relevo acidentado, propício à geração de energia. O solo O, tipo de solo predominante na área é o Latossolo Amarelo que, nesta unidade, compreende solos com horizonte B latossólico muito profundos, ácidos fiáveis, com classe textural variando de média a muito argilosa, com seqüência de horizontes A, B e C, com cores brunadas, Bruno-amareladas e amarelas nos matizes mais amarelos que 6YR e transição entre horizontes, normalmente, difusos. Esses solos são encontrados em relevos que variam de plano a suave ondulada, não tendo sido observada a ocorrência de erosão intensa, principalmente, quando sob a proteção da vegetação natural.

A cobertura vegetal natural é constituída pela floresta equatorial subperenifólia densa e aberta, floresta equatorial perenofólia e áreas antrópicas.

Segundo o consórcio ISA/IMAZON/IPAN/GTA/ISPN, que se reuniu no ano de 1999, apontaram a área da Volta Grande do Xingu entre os rios Bacajá e Bacajaí como classificada em duas subáreas: a) área de extrema importância e b) novas áreas, que deverão ser objeto de realização de inventário biológico com ações de curto e longo prazo. Um inventário botânico e faunístico deverão ser feitos, assim como novas oportunidades econômicas, propostas e identificação do manejo florestal, reflorestamento e pequena produção serão estudados. Atualmente, não temos informações em que situação se encontra o estudo.

4.1- Identificação e Descrição das Áreas Imprescindíveis à Preservação dos Recursos necessários ao bem-estar Econômico e Cultural do Grupo

A área de floresta necessária para o sustento do grupo está sendo ocupada, causando o desmatamento e a queimada de espécies florestais de valor econômico como mogno, maçaranduba, ipê roxo, ipê amarelo e andiroba. Os Arara não negociam as árvores de valor comercial; a madeira branca é utilizada na confecção de barcos, como a melancieira, rosa arapari, tatajuba; a madeira para confecção de galinheiro e chiqueiro é a faveira; a madeira para a confecção das casas é o amarelão. As de valor medicinal, como as espécies florestais de grande e médio porte, são a samaúma, jatobá, cajá, açai e sapucaia que têm sido destruídas com o desmatamento para a plantação de pasto.

As áreas de castanhais e cocais estão espalhadas desde a parte central até os fundos da área pretendida a terra indígena Arara. Ver Croqui 3- Distribuição dos Arara, anexo I. Em 2003 e 2004, a coleta de castanha foi pequena, pois procuraram evitar encontros com os ocupantes trazidos pela Associação dos Produtores Rurais das Glebas Ituna, Bacajá e Bacajá-APRIBAI.

Durante nossas reuniões demonstraram preocupação com a necessidade de investirem mais no trabalho das roças, e transformá-la numa atividade forte, como é a pesca. Lembraram que a Hidroelétrica prevista para a região ainda é uma realidade, segundo os comentários na cidade de Altamira. Assim, querem investir mais tempo na terra do que no rio, pois não sabem o que vai ser no futuro. Até novembro de 2004, as roças, eram uma área onde o cultivo da mandioca para o fabrico da farinha superava o cultivo de outras culturas, como feijão, milho e arroz.

A fauna afugentada pelo fogo e pela falta do que se alimentar, está cada vez mais escassa, sendo necessário ir mais longe para obter uma caça.

As grotas que fornecem água potável correm o risco de serem contaminadas com o apodrecimento das árvores que caem, ou por animais mortos pelo fogo. O cuidado para a proteção dessas fontes naturais perenes ainda é uma realidade distante do grupo, que tem se preocupado em garantir a terra.

As áreas de pesca no rio Xingu e Bacajá são visitadas por barcos pesqueiros, que utilizam redes fora dos padrões de preservação estabelecida pelo IBAMA. As ilhas guardam as áreas de desova do tracajá, cujos ovos são confiscado para a venda na cidade. O rio Xingu, no perímetro da área pretendida, tem apresentado grande quantidade de espuma em sua superfície, composta de resíduos liberados pelos barcos que fazem

garimpagem no fundo do rio e dos garimpos que ficam próximos. E, por fim, o projeto de construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte – UHBM, que vem sendo discutido desde a década de 1980, teve um novo Estudo de Impacto Ambiental-EIA, realizado no ano de 2000, que mostrou grande mudança hidrológica na região do baixo e médio Xingu, com probabilidade da área em estudo secar. Essa informação é do conhecimento do grupo, que participou das discussões, junto com os outros indígenas, sobre o futuro da região.

Atualmente, as 12 famílias Arara da aldeia Oro'g estão confinadas em 100hectares e as outras 03 famílias, que estão na Vista Alegre, cada uma ocupa 100hectares. Para proverem o sustento de suas famílias precisam chegar até os limites da área em estudo, o que mostra a sua imprescindibilidade e a necessidade de preservação, garantindo os recursos econômicos e culturais do grupo.

CAPÍTULO QUINTO

5- REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

5.1- Taxa de Natalidade e Mortalidade (causas, desequilíbrio das taxas e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo)

A qualidade de vida da população nas duas aldeias é baixa, segundo eles mesmos, porque não tem atendimento à saúde, o ganho é pouco e não há fartura de alimento. Existem 29 crianças entre os Arara, e as doenças mais comuns são a diarreia por verminose, dermatoses, anemia, gripe e malária. A falta de atendimento médico põe em

risco seus desenvolvimentos. Contudo, a taxa de natalidade é alta e a de mortalidade é baixíssima, de seis anos para cá, somente uma criança recém-nascida veio a óbito. A malária é a doença que mais causa preocupação, porque as crianças são, freqüentemente, atingidas. Contudo, em média, nascem duas crianças por ano. Somente em 2004 é que houve maior índices de natalidade, nasceram três crianças.

Observamos nos adolescentes problemas de saúde bucal, a dentição de boa parte deles apresenta cáries. Nos adultos, o caso é bem mais sério, cárie excessiva, gengivite seguida da perda dos dentes. Os problemas de saúde que mais reclamaram foi de reumatismo e dores na coluna.

Há uma tendência para o consumo de álcool entre os homens, o que é combatido por Leôncio e Zé Carlos, que proíbem à entrada de bebidas na aldeia Oro'g. Não vimos esse tipo de problema na Vista Alegre, os três chefes de família cuidam de seus problemas, independentemente, do que ocorre na primeira aldeia. Entretanto, conseguiram manter uma relativa vida tribal, quando precisam decidir por questões que atinge a todos, os chefes de família se reúnem sob a orientação de Leôncio e o acompanhamento de Zé Carlos, seu neto, e segunda pessoa dele, que apresenta o problema e pede que digam o que acham. Segundo eles, a identificação da terra foi o assunto mais importante que tiveram para decidir.

5.2- Descrição dos aspectos Cosmológicos, das áreas de uso rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos (explicitar a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto)

Nas casas que visitamos não vimos santuários, ou estátuas religiosas, o que foi possível depreender é que a “mata” é o santuário. É de frente para a mata que seu Leôncio põe seu “paciente”, enquanto faz as orações a céu aberto, pedindo a Deus pela saúde e proteção desse. Os remédios e as benzeções são feitas por ele, obedecendo a um critério “(...) primeiro os poderes de Deus, segundo as plantas, é o que eu faço...eu vi minha mãe

fazer e os outros Deus me ensinou... ajudo meus vizinhos quando vêm na minha porta pedir ajuda”

A esposa de Leôncio, Iracema, é a parteira do grupo, quando vê que o parto é problemático, cuida para que a gestante vá logo para a cidade de Altamira, se não, “faço o serviço”. Elas mesmas cuidam umas das outras, fazem seus remédios para curar o parto – fazem chás para desinflamar por dentro, preparam pastas de frutas para besuntar o corpo, tiram o sumo do tronco de árvores ou torram sua casca para fazer pó e, com isso, secar e curar o umbigo do recém-nascido. Tiram água de fruta para curar o sapinho da boca do neném – e fazem o alimento para se fortalecerem durante o resguardo de 45 dias, comendo caça e pesca. Leôncio só é chamado quando há perigo de vida da parturiente, quando elas mesmas não dão conta. Dentre as 21 mulheres, só uma fez preventivo há um ano atrás. A cidade de Altamira é o centro mais avançado, e procurar o Sistema Único de Saúde nem sempre é fácil. Se considerarmos o tempo que levam para marcar as consultas, os longos meses aguardando o dia da consulta e a dificuldade para sair da aldeia, (já que não possuem embarcação própria, que lhes dêem condições de chegar a essa cidade), é possível compreender porque não vão buscar este exame tão necessário. O único barco-rabeta que fica nas proximidades, é para levar as crianças à escola da aldeia – única escola mais próxima - e só pode fazer esse serviço. Aborrecidas, só de contarem, dizem não precisar da Fundação Nacional de Saúde, “(...) *podem deixar nós aqui, nos viramos muito bem*”. A FUNASA/DSEI-ATM, ainda alega que só quando a terra deles for demarcada é que entram no Sistema Indígena de Saúde.

Existe um sistema próprio de atendimento à saúde que funciona esporadicamente, porque exige dedicação exclusiva para poder suprir a demanda, principalmente, das crianças. Como vimos homens e mulheres realizam trabalhos para garantir o alimento, isso deixa-lhes pouco tempo para dar atenção à coleta freqüente das ervas, raízes, cascas etc. Da mata, tiram grande parte do que precisam para fazer os remédio, e é transitando por ela que tiram a prova de estarem protegidos, quando nenhum mal lhes acontece.

Existem crenças entre eles que faz o rio e a “mata” terem suas próprias entidades, assim como entidades que transitam nos dois lugares. A cobra grande está presente no discurso dos Arara, assim como os “fantasmas da mata”, mas existe uma entidade que transita nos dois lugares, o “bujateco”, segundo eles, é um ser que vive no rio e na “mata” e

que, ao sair da água, tem o seu formato. Eles, também, se referem a ele como “negrinho da mata”¹².

Conforme vimos no capítulo segundo, o cemitério fica ao lado do espaço dedicado as casas e paralelo aos quintais, é parte complementar, é um dos caminhos para chegar-se ao rio. Então, é constantemente atravessado pelas crianças e pelas mulheres, visto que é todo arborizado com frondosas mangueiras. Essa relação cotidiana com o espaço do cemitério faz com que não haja o distanciamento do lugar, pelo contrário, ele é uma das habitações. O cemitério antigo fica na ilha do mesmo nome e não é mais utilizado, contudo é visto como um lugar sagrado¹³.

5.3- Identificação e Descrição das áreas necessárias à Reprodução Física e Cultural do Grupo (explicar as razões, porque são necessárias ao referido fim)

A “mata”, os rios, e o espaço das aldeias com suas subdivisões são lugares onde desenvolvem o trabalho que assegura a sobrevivência do grupo. Cada espaço e cada tarefa obedece a critérios de gênero, ora funcionam separados, ora funcionam juntos complementando um o trabalho do outro. Possuem tarefas diferentes, mas sempre se organizam em grandes grupos para dar conta de interesses comuns, como por exemplo, a produção da farinha ou a coleta da castanha. A distribuição espacial da população não impede o funcionamento da rede de colaboração. Nas tarefas onde há a divisão sexual do trabalho, os homens fazem a coivara, pescam, caçam, fazem a limpeza de algum lote quando recebem encomenda. As mulheres se envolvem com seus afazeres domésticos – cozinham, lavam, capinam o terreiro, águam as plantas, vão para a roça tirar mandioca e tomam os cuidados com as crianças. Essa áreas são necessárias à manutenção dessas relações que garantem a reprodução física e cultural dos Arara. Em seguida, trataremos da situação fundiária.

¹² Essas crenças precisam ser mais exploradas, pois há uma forte relação com as doenças que possam desenvolver durante o resguardo do parto, da caça, da pesca e da entrada na mata. Os seres “invisíveis”, que povoam esse espaço têm o poder de interferir na vida dessas pessoas.

¹³ A ilha Cemitério está sendo reivindicada pelos Juruna do Paquiçamba no estudo de revisão dos limites dessa terra indígena, visto que seus parentes estão enterrados lá junto com os parentes dos Arara. Diante de tal situação, Leôncio não reclamou porque “somos parentes”.

CAPÍTULO SEXTO

6-LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

A Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu abrange uma área de 25.498 (vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e oito hectares) e o perímetro de 102, 385 km (cento e dois quilômetros e trezentos e oitenta e cinco metros) composta de terra firme e 10 ilhas. Os limites extremos da área de terra firme estão: ao Norte $3^{\circ} 30' 12,8''$ S, $51^{\circ} 43' 00,21''$ W ao Sul $3^{\circ} 41' 33,3''$ S, $51^{\circ} 37' 51,6''$ W, Leste $3^{\circ} 39' 21,1''$ S, $51^{\circ} 34' 16,2''$ W e a Oeste 3°

36° 31,6" S, 51° 46' 16,7" W. As áreas que correspondem as ilhas estão nas coordenadas Latitude (S) 03° 30'00" Longitude (WGr) 52°43'35"/Latitude 03°20'55" Longitude 51°43'49"/Latitude 03°30'48" Longitude 51°44'08"/Latitude 03°32'15" Longitude 51°45'48"/Latitude 03°32'46" Longitude 51°45'47"/Latitude 03°32'51" Longitude 51°45'44"/Latitude 03°33'01" Longitude 51°46'01"/Latitude 03°33'21" Longitude 51°46'03"/Latitude 03°33'43" Longitude 51°46'04" /Latitude 03°36'16" Longitude 51°46'07.

No limite Norte está o rio Xingu, desde a confluência com o rio Bacajá até a confluência com rio Bacajaí. No limite Leste, pelo rio Bacajá, até a confluência com o igarapé "Sete Palmeiras". No limite Sul, segue o leito do igarapé "Sete Palmeiras", ao longo de todo o seu trajeto até sua nascente, desta, por uma linha reta até a nascente do igarapé "Mão da Onça" e seguindo por esse até sua confluência com o rio Bacajaí. No limite Oeste rio Bacajaí. A região é de muitas corredeiras e ilhas, fundamental para a vida dos Arara. A referida área e seus limites estão dentro do município de Senador José Porfírio e fazem parte da Gleba Bacajaí, Ver Mapa 3 – Gleba Bacajaí, que está sob a jurisdição do Instituto de Terras do Pará-ITERPA.

6.1- Identificação e Censo de eventuais ocupantes não-indígenas

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA/PIN-Altamira, na década de 80, declarou a área como gleba recardada, ou seja, foi solicitada para o complexo de colonização. Porém, a discriminação da área (levantamento preliminar das posses existentes para ser documentada) não aconteceu, o motivo dado foi o número insuficiente de posses para fazer a discriminatória e averbação no cartório. Sem a constituição de uma gleba, o INCRA ficou sem ter como acompanhar a situação, por isso foi devolvido ao estado do Pará, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.164/71.

A área pretendida está, atualmente, sob a jurisdição do Instituto de Terras do Pará-ITERPA e por ação individual, foi dividida em 70 grandes, médios e pequenas ocupações, como pode ser observado no Croqui 5 – Bosquejo da Área. Essa, está organizada da seguinte forma:

- a) quatro áreas são dos Arara (80 indivíduos) e uma é da família de Tucum Kayapó (44 indivíduos), esse último, será tratado em documento à parte "Parecer sobre Manuel Antônio

Kayapó”, conhecido como Tucum. Neste capítulo, apenas mencionaremos onde está sua ocupação;

b) as demais áreas (65) estão distribuídas entre os não-índigenas. Dessas, somente 08 famílias (23 indivíduos) vivem na área e tiram, efetivamente, o sustento de seus lotes. Mesmo que haja 116 nomes constando nos processos, para doação ou compra, no órgão estadual, somente os que não entraram com requerimento é que vivem dela. As datas de todas as ocupações variam entre os anos de 1972 ao ano de 2003. Não conseguimos cadastrar todas as 65 áreas, pois não encontramos seus ocupantes, é possível que tenham saído para não dar informações, mas o mais provável é que não morem na área, pois não foram encontradas indicações de permanência por longo tempo¹⁴.

6.2-Descrição da(s) área(s) por ele(s) ocupada(s), com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupações e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s)

Para efeito de melhor entendimento quanto à situação fundiária da área pretendida pelos Arara, faremos referência aos números em romano, que constam no Mapa 2 – Situação Fundiária, em anexo. O mapa foi dividido em três partes para mostrar diferentes situações existentes que, em alguns casos, se sobrepõe criando tensões fundiárias.

A linha I vermelha representa uma área de 23.000 hectares, aproximadamente, que correspondem aos 11 processos de compra¹⁵, que constam no Instituto de Terra do Pará-ITERPA, e estão nas seguintes situações:

- a) 05 não apresentam planos de aproveitamento econômico e 06 apresentam planos de aproveitamento, com objetivo de implantação de projeto agropecuário, bovinocultura de corte – em regime de exploração semi-intensiva – em uma área de 200he de pastagem;
- b) não apresentam benfeitorias;
- c) todas as ocupações são de 2003, portanto inferiores há quatro anos, e apresentam pontos importantes observados no processo, qual seja, existem “*comproventes de contrato de cessão de direitos de possessórias e benfeitoria e contrato de compra e*

¹⁴ Ver Relatório Fundiário de Levantamento Cadastral.

¹⁵É um processo de regularização fundiária amparada pela Lei 4584/75, §2º, art.18, que corre em benefício daqueles que ocupando terras públicas do Estado nelas promoveram beneficiamento, que a critério do ITERPA justifiquem tal procedimento, conforme pág.5 do Relatório Fundiário de Levantamento Cadastral.

venda” a outros. Seis dessas ocupações estão sendo requeridas pela Associação dos Produtores da Gleba Ituna, Bacajá e Bacajaí-APRIBAI, para assentamento de seus associados, os mesmos dos processos mencionados acima. Foi constatado pelo técnico do ITERPA, Samuel Silva Almeida, presente no GT de Identificação, que a associação tem feito broca¹⁶ e derrubada e, ainda, utiliza as picadas¹⁷ feitas pelos ocupantes para demarcar os lotes de seus associados. Neste caso, há uma sobreposição de solicitações junto ao órgão estadual, requerida por pessoa física e por pessoa jurídica. O ITERPA, ao analisar os 11 processos, declarou que as áreas pleiteadas não apresentavam incidência em área indígena ou projetos de assentamentos do estado ou União. Dos 11 processos, somente três não pertencem à mesma família, os demais estão registrados em nome de duas famílias.

A linha II preta corresponde à área do Loteamento Napoleão Santos, criado pela APRIBAI, que entrou com 105 processos protocolados em maio de 2003, solicitando junto ao ITERPA, a doação de terras¹⁸ correspondentes aproximadamente a 12.000 hectares fracionados em 136 lotes com área de 90he, 3000m de comprimento por 300m de largura, aproximadamente. Conforme relato dos associados e visita em alguns lotes, foram realizados apenas serviços de abertura de picada na frente dos lotes e indicação das laterais. Segundo informações do ITERPA, constantes nos processos de regularização, o órgão está impossibilitado de *“informar a jurisdição, a disponibilidade (se não está incidindo em reservas biológicas, indígena, projetos de assentamento do estado e/ou União e áreas de terceiros) e o município de localização da área devido à falta de dados técnicos (coordenadas geográficas e UTM), que possibilitem a identificação”*. No entanto, os dados constantes em um dos processos ofereceram subsídios para que o órgão verificasse a incidência do loteamento em outra área, no caso, a mencionada na linha I vermelha. Com isso, os processos ficaram parados aguardando a decisão do presidente daquele órgão para a realização de vistoria e verificação da sobreposição de áreas, assim como o resultado do macrozoneamento do estado que o órgão está fazendo.

A APRIBAI nos apresentou o esboço do projeto fundiário e ficou evidente que a afirmação de seu presidente, Edinaldo Silva Campos, quanto já haver assentado 300

¹⁶ É a derrubada do mato miúdo com facão ou foice.

¹⁷ Caminho aberto no interior da mata com facão ou foice.

¹⁸ É um processo de regularização fundiária das terras devolutas do Estado, para áreas de até 100he, cujos ocupantes detenham na mesma morada habitual o cultivo de lavouras na forma prevista do Decreto- Lei 57/69, art.10, conforme p.6 do Relatório Fundiário de Levantamento Cadastral.

famílias, não condiz com a realidade: dos 136 lotes que constituem o loteamento, desses só 105 a associação deu entrada com processos no ITERPA, como mencionamos acima, portanto faltam 31 lotes para entrarem com processo. Não estamos falando de indivíduos nas ocupações, efetivamente, mas apenas de lotes. O demais sócios, da APRIBAI, estão fora do loteamento em 64 lotes que eles mesmos conseguiram, espalhados pela área III, que trataremos em seguida.

A linha III azul corresponde à área mais diversificada, aqui está a ocupação de Manuel Antonio Kayapó¹⁹ e de ocupantes não-indígenas, assim:

a) 08 ocupações não-indígenas foram vistoriadas - porque estavam presentes seus ocupantes e permitiram a entrada dos técnicos - que variam 100he a 500he, e juntos correspondem a uma área de 1.450he e um tempo de permanência, onde o que tem menos está vivendo há 05 meses e o mais antigo tem 32 anos de ocupação. Desses, somente dois dos mais antigos possuem declaração de cadastramento de ocupação junto ao INCRA, com data do ano de 1972. Com a passagem da gleba Bacajaí para a jurisdição do ITERPA, esses, ficaram sem ter suas ocupações legalizadas e sem o levantamento das ocupações. Isso explica porque apoiaram à criação da APRIBAI;

b) 15 ocupantes apenas nos receberam, mas não permitiram a vistoria. Devido a isso, não tivemos informações precisas sobre os ocupantes e suas ocupações. Contudo, fizemos o cadastramento do nome e obtivemos informações mais gerais. Das 15 ocupações, uma tem 32 anos e outra tem 15 anos, as 13 restantes são ocupações que datam do ano de 2001. Quanto as benfeitorias realizadas, observamos fruteiras, pastagem brachiaria, mudas de mogno em viveiro, roça derrubada, pés de cacau e cupuaçu, uma em cada lote. As casas encontradas eram de taipa ou com uma estrutura de madeira coberta de lona. Registramos uma situação em que um mesmo ocupante possui 05 lotes conseguidos pela APRIBAI e 03 lotes conseguidos pela associação dos Agricultores da Ilha da Fazenda e Ressaca-AGRIFAR essa, atua na Gleba Bacajaí no município de Anapu, porém a maioria é sócia daquela associação.

Então, dos 139 lotes visitados (apresentados suas situações nas linhas I,II,III), que correspondem à ocupações espalhadas por toda a área pretendida pelos Arara, 116 ocupantes possuem processo tramitando no ITERPA, com os problemas que mostramos

¹⁹ Os técnicos do fundiário não realizaram vistoria no lotes de Tucum.

acima. Dessas, 139 ocupações somente 02 (um com 03 anos e outro com 32 anos) possuem declaração de cadastramento junto ao INCRA, datada de 1972, mas não possuem documentos do Instituto de Terras do Pará, os demais não apresentaram documentos que comprovassem a titularidade das ocupações. Ficaram sem situação definida, porque existe processo de regularização fundiária tramitando no órgão estadual, mas podem ser indeferidos, visto que o mesmo tem seus critérios próprios de avaliação.

6.3- Informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínios eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;

Pequenas ocupações ocorreram desde o início do século XX, por indivíduos que chegaram para o trabalho nos seringais da região. Já, em meados do século, as ocupações foram motivadas pela abertura da Transamazônica, que trouxe levas de indivíduos para o trabalho, mas também com o sonho de adquirir terras. O INCRA não levou adiante o projeto de colonização para aquela área, como vimos acima, e o ITERPA - que organizou as terras sob sua jurisdição como Glebas – não primou pela ocupação planejada.

Vários processos protocolados nesse órgão, a maioria de 2001, mostra as tentativas individuais de legalização. Então, desde a mais antiga até a mais recente ocupação não encontramos título de propriedade e sim a posse das terras, onde poucos exercem atividades para o sustento da suas famílias que vivem no local, enquanto que a maior parte apenas mantém a terra.

Das ocupações não-indígenas existentes, julgamos necessário historiar a realizada pela APRIBAI o “Loteamento Napoleão Santos”.

A ocupação do Loteamento “Napoleão Santos” data de outubro de 2003, no protocolo do Instituto de Terras do Pará. A Associação dos Produtores Rurais das Glebas Ituna, Bacajá e Bacajá é a associação que criou e dirige o loteamento, tem sede em Altamira, mas também no município de Senador José Porfírio.

A APRIBAI foi fundada em 28/01/2003 por Edinaldo Silva Campos, mas conhecido como Silva Campos, no que faz questão, para diferencia-lo de seu ex-sócio Edinaldo Costa Almeida, presidente da Associação dos Agricultores da Ilha da Fazenda e Ressaca - AGRIFAR. Os dois trabalharam juntos nessa associação, mas quando saíram candidatos a

políticos do município de Senador José Porfírio, se dividiram, e Silva Campos fundou sua própria associação, baseada em seus próprios interesses. Visitamos a sede em Altamira, onde nos contou ser sobrinho de Napoleão Silva Santos – ocupante não-indígena mais antigo da região, 32 anos.

Silva Campos utilizou, como critério para ocupação, o tempo de permanência de seu tio, afirmando que o mesmo tem direitos às terras que ficam atrás de seu lote. A formação da APRIBAI apoiou o interesse dos demais ocupantes, que viram a possibilidade de se associarem e adquirirem mais lotes para o restante da família, conforme informações oferecidas por eles mesmos. Em troca, obtiveram a promessa de que haveria estrada para escoar os produtos que colhessem da terra que ocupam. Com 12 mil hectares, localizados nas coordenadas Norte Latitude 3°36'00,13" Longitude 51°42'36,14" e Latitude 3°35'54,49" Longitude 51°35'11,77" Sul Latitude 3°40'51,08" Longitude 51°40'53,11" e Latitude 3°40'40,45" Longitude 51°32'55,24" Oeste Latitude 3°39'21,21" Longitude 51°41'47,95" e Latitude 3°39'22,13" Longitude 51°41'46,29", faz divisa a Oeste com o rio Bacajá. A APRIBAI fez dos poucos moradores, sócios, e foi buscar mais em outros lugares (segundo ele, no Maranhão) para ocupar o loteamento, onde afirma pretender assentar 300 famílias.

A APRIBAI foi utilizada como requisito para fazer sua campanha, vendendo a imagem de trabalhador rural e defensor dos direitos dos que precisam de chão para plantar. Em todos os lotes visitados, encontramos cartazes com a propaganda de sua candidatura em 2004. Os sócios pagam, mensalmente, R\$10,00 (dez reais), tem carteirinha e estão nas fichas do arquivo da referida associação. Em todos os lugares que visitamos, eles reclamaram dos pagamentos mensais sem haver as benfeitorias prometidas – dizem que nada mudou. Silva Campos informou que usou esse recurso para pagar, no protocolo geral do ITERPA, as custas processuais de regularização de área, na ocasião do protocolo inicial em 30/10/2003, o valor de R\$50,00 (cinquenta reais). Com o procedimento, a APRIBAI pretende a legalização, demarcação e vistoria do loteamento feito pelo Instituto de Terras e, por fim, pagar e receber o crédito bancário. Posteriormente, o ITERPA, deverá legalizar passando para o INCRA e o mesmo para os produtores. Silva Campos, ainda diz, que todos se associaram, *“(...) menos os Maia que ainda não se conscientizaram(...), até Tucum Kayapó se associou, (...) eram 305 associados, alguns desistiram e outros assumem, ninguém pode vender sem passar pela associação, temos xerox de nossos documentos,*

porque não temos documento dos terrenos”. O protocolo do ITERPA é o único documento que possuem dos lotes que estão sendo abertos no loteamento.

Alguns sócios entrevistados dizem que a única presença do ITERPA na área aconteceu em 2003 e *“(...) foi para protocolar o ‘Loteamento Napoleão Santos’ como gleba junto com a APRIBAI, só que o técnico do Instituto de Terras, que veio, estava cobrando R\$100,00 pelo corte dos lotes, depois descobrimos que ele estava aposentado do órgão, assim que ficou claro que ele não poderia fazer isso a associação mandou buscar um ‘verdadeiro’, o fato é que acabaram fazendo um sobrevôo de reconhecimento na área. No avião foram Silva Campos, o técnico do ITERPA e o Délio Fernandes, um grande proprietário de terras da região. Não disseram pra gente de que servia isso, apenas que era para colonização*”. (Entrevista com os posseiros dos lotes do rio Bacajá em 02/08/04).

Como mencionamos acima, o loteamento está dividido em 136 lotes, desses somente 105 protocolaram processo junto ao ITERPA. Ora a associação afirma ter assentado 300 famílias, ora afirma ser 417. Os números crescem nos papéis, mas não encontramos isso na área. Existem sócios dentro e fora do loteamento, o que levou a perda de controle por parte da associação, pois todos saem em busca de um pedaço de chão e invadem o roçado, as áreas de castanhais e de caça dos Arara, que estão sendo empurrados para fora de suas terras. O levantamento dos técnicos do fundiário registrou que havia apenas marcos no chão sem derrubada ou benfeitoria ou, ainda, lotes vazios, apenas sinal de que as pessoas trabalharam e saíram, com isso não cadastramos todos. Deduzimos que:

- a) nos poucos lotes abertos que encontramos, os associados se retiraram para inviabilizar o cadastramento, por isso não encontramos ninguém;
- b) o número de lotes abertos é muito pequeno e não condiz com o montante apresentado pela APRIBAI ao ITERPA, o que pode significar que os poucos ocupantes chegaram a abrir pequenas clareiras, fizeram um barraco, alguns até de plástico, e em seguida abandonaram;
- c) não existem ocupações reais com 136 famílias, como também não há essa quantidade de derrubadas, apenas a indicação de que “aquele lugar pertence a fulano”, mas sem que ele tenha chegado até lá;

d) as três hipóteses são possíveis. A facilidade com que as brigas por terra e as agressões seguidas de morte ocorrem na região, gera intranquilidade na medida que não se tem clareza dos interessados pela instabilidade.

Dos lotes abertos onde os produtores estavam trabalhando, poucos haviam alcançado o volume ideal de colheita dos produtos para seu próprio consumo, o plantio da mandioca e a produção da farinha eram o que já existia para consumirem. As plantações de frutas como o abacaxi e a banana, já eram possíveis de consumir, mas o cacau e o café, ainda estavam no primeiro estágio. Outros ocupantes estão na fase da derrubada e queimada querem plantar pasto, o que é mais comum ser encontrado.

A Situação fundiária atual do loteamento e a existência de litígio entre a APRIBAI e os demais ocupantes.

A aceitação dos diferentes segmentos de ocupantes com relação ao loteamento foi interpretada da seguinte forma:

- a. ocupantes que não concordam com a entrada do loteamento e estão com processo no ITERPA requerendo título Provisórios para suas fazendas, escreveram uma carta com numeração 2003/188009 assinada por 13 deles, onde reclamam da ocupação feita pela APRIBAI sem considerar a existência deles. Os mesmos alegam sobreposição de áreas (são os que correspondem a linha I vermelha, mencionada no Mapa 2 – Situação Fundiária;
- b. ocupantes que se associaram a APRIBAI e que não têm processo para legalização de sua área no ITERPA, buscaram pegar lotes para si ou para os parentes, mesmo associados não estão satisfeitos (são os que estão na linha III azul; também no Mapa 2);
- c. ocupantes que não são da região, são sócios da associação e esperam que o loteamento seja regularizado;
- d. os Arara não concordam com a ocupação feita pela associação, porque trouxe uma série de problemas, tais como o avanço nos territórios de caça, de castanhais e das roças. Foram convidados a se associarem e não aceitaram, o que provocou desentendimentos, recorreram ao Ministério Público enviando carta se apresentando como Arara e pedindo a identificação urgente de suas terras. Na carta que enviaram em dezembro de 2003, apresentavam como Associação de Resistência Indígena Arara do Maia-ARIAM.

Durante a conclusão deste Relatório recebemos o processo nº08620000070-DV protocolado pela FUNAI/17/01/2005, “Contestação a Terra Indígena Maia”, Interessado APRIBAI, para conhecimento e parecer sobre o assunto, que seguirá em anexo ao Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Arara da Volta Grande do Xingu.

CAPÍTULO SÉTIMO

7-CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

7.1 - Os Aspectos da Mudança Étnica e Cultural

As contribuições oferecidas pelos escritos dos pesquisadores-viajantes mostraram que o contato com o colonizador no Brasil, particularmente, na região do baixo Xingu, desestruturou o modo de vida dos povos indígenas, mudando irremediavelmente sua cultura e os rumos de suas histórias. O trabalho de arregimentação de mão-de-obra indígena para os seringais e castanhais desmontou famílias e grupos inteiros, espalhando-os por diferentes regiões. Os que conseguiam escapar das incursões colonizadoras, precisaram tomar outras medidas para viver. Se os Arara eram nômades, e se constituíam em muitos e pequenos grupos familiares, antes dessa intervenção, as pesquisas estão, aos poucos, desvendando com novas teorias e metodologias que ajudam no conhecimento dos fatos e na interpretação dessas organizações sociais. O que, contudo, podemos reputar é a mudança cultural, constante, rápida e permanente pelas quais vinham passando as sociedades “modernas” em contraste com as sociedades “tradicionais”, que vivem a mudança de forma menos acelerada porque cultuam o passado, valorizam seus símbolos, visto que contêm a experiência das gerações e a vivenciam intensamente.

Podemos aqui pensar na mudança cultural como a “manivela” da sociedade, que se processa através de elementos que a caracterizam, como - descontinuidades, processos

sem-fim de rupturas, fragmentações internas e deslocamentos realizados por forças fora de si articulação da estrutura política/social/religiosa e cultural, conduziu o pequeno grupo dos Arara do Bacajá, hoje, na Volta Grande do rio Xingu, a serem uma das tantas parcelas sociais indígenas - espalhadas pelas diferentes regiões desse país - que passaram por mudanças culturais colocando-os fora da rota dos padrões indígenas tradicionais, levando-os ao limite da indianidade e de usufruírem os direitos adquiridos pelos povos indígenas. Não foram contatados pela FUNAI e nem ficaram sob sua tutela, como ocorreu com seus “parentes” que estão na Cachoeira Seca e Laranjal, não são o modelo de índio que a mídia costuma apresentar. A utilização da pintura feita com jenipapo, no rosto e no corpo é muito recente, o tipo de desenho feito no rosto, lembra Leôncio, era como Tintim Arara usava, sua bisavó, quando morava no Pontão, *“era uma tatuagem e nunca saía.”*

Reconhecem-se como índios e sabem de sua origem e história. São reconhecidos por alguns grupos étnicos, mas também questionados por outros, quanto à sua origem étnica. Assim como tantos outros grupos denominados de ressurgidos, resistentes ou emergentes, se aliaram aos povos que lutam pelo reconhecimento étnico e territorial.

7.2- As Mudanças Culturais e o tipo de Tradicionalidade

Se considerarmos as constantes mudanças ocorridas nas sociedades, entenderemos que o modo tradicional de produção, ou a relação que estabeleceram com a terra, no sentido ecológico, vem se alterando desde suas bisavós, mas como todo processo de mudanças, mesmo que algumas estruturas se rompam e sejam ocupadas por novas, outras se mantêm, porque, ainda, respondem as dúvidas e correspondem aos anseios dessa sociedade. Nossa observação e análise procura “congelar a imagem” em meio a essas mudanças para mostrar o que permaneceu, e faz com que sejam diferentes dos não-indígenas, quais a relação que mantêm com a terra e como a concebem.

1) Esta comunidade indígena, formada por um grupo de 16 famílias, está na situação de contato permanente com a sociedade regional/nacional, integrado a essas sem terem perdido sua identidade, conservaram alguns hábitos e costumes e tradições característicos da cultura das bisavós. A Lei 6001/73 nos seus artigo 3º, II e 4º, III prevê situações como essa.

2) A história e o parentesco mostraram a relação que têm com os Arara do rio Bacajá e o sentimento de pertencimento a um grupo étnico. A etnicidade supõe uma trajetória (histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (experiência primária, individual, mas traduzida em saberes e narrativas). Na atualidade, a comunidade está usando essa trajetória de vida e a origem, para assegurar a terra. Toda identidade é situacional, seu uso depende de contextos históricos e varia de acordo com os diferentes segmentos da população.

3) O Pontão da Tintim, no início do século XX, se tornou a terra de algumas famílias Arara, na década de 70, os que permaneceram procuraram regularizá-la como Sítio Socorro Maia e, com o trabalho de estudo para identificação e delimitação da terra indígena, o lugar passou a se chamar Aldeia Oro'g Yeboroguru. A terra vem passando, ao longo desses anos, por um processo de regularização, de acordo com os momentos históricos vividos pela comunidade. O primeiro, tem como registro a história de ocupação do espaço contado por seus membros, estão indo para a quarta geração, o segundo, tem como registro a chegada do Estado pela Carta de Anuência ao Banco do Brasil, com Licença de Ocupação nº4.01.82.1/0919 e Processo nº001.08/76 Projeto Fundiário/ALT dando autorização para que o mesmo constituísse penhor da totalidade da safra relativa não só no período agrícola de 1976/77 e, por fim, passa a ser estudada sua nova condição dentro do que prevê o Capítulo I - Das Disposições Gerais em seu art. 19 da Lei 6.001/73. Isso demonstra que a terra sempre esteve na posse dessa comunidade, e que buscaram sua regularização. Não a concebem como objeto de negociação e a história de permanência indica isso, apenas o empréstimo de parte da área ocorreu, conforme mostrado no capítulo fundiário, como também, o histórico de ocupação da terra segundo a memória do grupo. A Lei 6001/73, Capítulo II – Das Terras Ocupadas, em seu artigo 25 trata do

“(…) Reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do art. 198 da Constituição Federal, independentemente de sua demarcação e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo a situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, [grifo nosso], sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido órgão tomar qualquer dos Poderes da República.”

Tomamos a lei para mostrar que, em parte, o direito já está com os Arara, a outra parte está na ação do órgão federal de assistência quando solicita, sob sua orientação, o estudo para identificação e delimitação.

Ao longo desse período viveram e ainda vivem do que o rio e a mata lhes oferecem, usando as antigas formas de obtenção do alimento, é como asseguram sua sobrevivência, conforme vimos no Capítulo Terceiro e Quarto. As alterações ocorridas não foram, até agora, suficientes para mudar, radicalmente, os costumes e as tradições de cultivo da terra, coleta e utilização dos rios. As relações que mantêm com a terra e com o meio ambiente se perpetuaram por esses anos. O artigo 23, Capítulo II - Das Terras Ocupadas diz:

“(...) Considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva da terra que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil.”

Contudo, considerar que as mudanças processuais e presentes, mesmo ocorrendo com certa lentidão, não irão alterar essa relação, seria ingênuo. Ao refletir mais sobre as deduções que tiramos da realidade conhecida, podemos ir mais adiante e concluir que:

- a) mesmo que a presença de Leôncio como liderança respeitada e o esforço para manter a tradição no convívio com o território por eles ocupados, as mudanças são muito mais fortes e convincentes que sua existência;
- b) o acesso de embarcações à jusante do rio Xingu é escassa, tem mais viagens à montante do que à jusante, isso é uma questão de tempo para que a comunicação fluvial seja mais freqüente;
- c) se lembrarmos que, hoje, na região, a possibilidade da Hidroelétrica Belo Monte ser implementada ainda é uma realidade - o assunto faz parte das discussões dos regionais, índios e não-índios -, pois sabem que suas vidas vão mudar radicalmente. Não se sabe, entretanto, por quanto tempo vai ser possível segurar a situação de pressão das demandas impostas pelo governo, e da própria empresa que tem escritório em Altamira e vive na região;
- d) a comunidade não tem dinheiro, o que os obriga a selecionar o que é mais relevante adquirirem, pois a capacidade de seleção de novos elementos culturais passa pela condição financeira além de outros interesses;
- e) não possuem ajuda de instituições, é recente a chegada do CIMI/Altamira. A seleção do que é mais importante pode não passar, no futuro, por suas decisões, esse é um fato,

se lembrarmos que outras instituições entrarão com seus projetos de ajuda e nem sempre as bases serão consultadas para dizerem o que realmente é necessário. Não pensamos que isso é negativo, pelo contrário, pensamos que as comunidades precisam ser atuantes e saber o que querem e como querem as parcerias institucionais, evitando a dependência;

f) por fim, é provável que esses fatores não tenham permitido que ocorressem mudanças radicais em sua relação com o meio em que vivem e tenham conservado uma visão e sentimento de interação com a terra, mas também é provável que, de agora em diante, muita coisa mude.

E ainda, a participação nas discussões sobre a hidroelétrica em 2001, com os grupos da região e engenheiros da Eletronorte, a criação da Associação de Resistência Indígena Arara do Maia-ARIAM, a reunião em 2003 em Olinda-PE com 47 povos indígenas que discutiram o reconhecimento étnico e territoriais acendeu a chama do direito adquirido ao longo dos tempos e que precisa ser utilizado e vivido.

7.3-Proposta de Limites da Área

Nesse raciocínio, pensamos que a proposta de terra, que se segue, pode abrigar as gerações futuras e as 80 pessoas (37 são crianças, 21 mulheres e 22 homens) que ora vivem no lugar e que tendem a crescer. O tamanho da terra pretendida procurou aproveitar os limites naturais, ampliando a área de utilização efetiva devido à facilidade de fiscalização futura, a necessidade de preservação de uma área que está rapidamente sendo devastada, bem como manter uma reserva futura para o grupo. As áreas de pesca procuram incluir algumas ilhas ligadas pelo rio Xingu, que são utilizadas pelo grupo para pescar. Como são ilhas históricas, o rio Xingu, o rio Bacajá e Bacajaí precisam ser preservados porque oferecem a água, o alimento e mantêm o ecossistema em equilíbrio. A área defendida pelo grupo, dentro dos limites abaixo mencionados, está em acordo com o que prevê o artigo 231, CF no §1º quanto serem “(...) *imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessidades a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições*”. Os Arara viram, neste tamanho de área, as condições de poderem ir buscar a caça mais adiante, utilizar os castanhais que antes não usavam, assim

como outros alimentos que a floresta oferece, utilizar melhor o alimento oferecido pelo rio Bacajaí, antes não usado e preservar esse ecossistema.

Duas Propostas de Terra foram discutidas com o grupo e apresentadas no Relatório Preliminar. A Primeira proposta foi a que se enquadrou mais na realidade atual do grupo e expressa melhor a terra de ocupação tradicional, conforme a concepção estabelecida pelo artigo 231 da Constituição Federal.

Assim, depois de nos reunirmos com os indígenas, decidimos que a proposta dos Arara (a primeira proposta), seria trabalhada e apresentada como a intenção que tem de Terra Indígena. Portanto, a área de terra fica à jusante do rio Xingu, entre os rios Bacajá e Bacajaí, entrando pelo rio Bacajá à sua jusante até na altura da grotta da Sete Palmeira, entrando pelo rio Bacajaí até a grotta da Mão da Onça e fechando os limites pelo fundo com a junção das duas grotas, serão ligadas por uma linha seca.

Dessa forma, algumas ilhas históricas e lugares de trabalho foram acrescentados: ilhas no rio Xingu (Pedro Ferraz, Joaquim Preto, Jatobá e as que não tem nome e foram identificadas no mapa como, A, B, C, D, E, F, G, H) e ilha no rio Bacajá (Seringueira). Com isso, querem evitar que os barcos que fazem garimpo nas proximidades ancorem.

Os Arara justificam que a área pretendida *“é um ponto forte, pois é local de pesca no inverno e de grande quantidade de castanhais, não é longe, não é tão grande, mas assegura a gente aqui. É da terra e do rio que tiramos nosso alimento”*. Em anexo, apresentamos o Mapa 4- Terra Indígena Arara.

Marlinda Melo Patrício

Antropóloga - Coordenadora

Consultora PNUD - Projeto BRA/96/018

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Coudreau, Henri. **Viagem ao Xingu - 1886**. São Paulo: Editora Universidade, 1977.
- Hall, Stuart. **“A identidade Cultural na Pós-modernidade”**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- IBGE. **Mapa – Etno-Histórico do Brasil (1964)**. 1981.
- Oliveira, Adélia Engracia. **Os Índios Juruna do Alto Xingu**. Dédalo, ano VI. n°11-12, Museu de Arqueologia e Etnologia. Vol.39, Universidade de São Paulo:São Paulo, 1970.
- Oliveira Filho, João Pacheco. Viagens de Ida, de Volta e Outras Viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. In: **Travessia**. Jan-Abr, pp 5-9, 1996.
- _____.Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação colonial territorialização e fluxos culturais. **MANA**, n°4(1), pp. 47-77, 1998.
- Sahlins, Marshall. “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção” (Parte II) In: **MANA-Estudos de Antropologia Social**, vol.3, n.2, pp. 103-150 1997.
- SEMINÁRIO DE CONSULTA MACAPÁ**. “Avaliação e Identificação de ações prioritárias para a conservação utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira”, Pronabio-MMA, 1999.
- Souza, Isaac Costa de. **Etno-história dos Ugoro’gmo**. Pequeno Ensaio. ALEM-SIL, 2004 (Pesquisa em andamento).

Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da T.I. Arara da Volta Grande do Xingu

Patrício, M. M. Abr/05

SUDAM/FUNAI. Projeto Diagnóstico e Mapeamento Ambiental das Terras Indígenas da Amazônia Legal. Podial Sub-projeto Alto Rio Guamá ARG. Relatório Final Belém, 2001.

Turner, Terence. “Anthropology and the Politics of Indigenous Peoples truggles”.
Cambridge Anthropology, 5(1):1-43 1979.